

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2007/2008



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA

**A COOPERAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL FRENTE O
CENÁRIO INTERNACIONAL.**

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Capitão-de-Mar-e-Guerra



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A COOPERAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL FRENTE
O CENÁRIO INTERNACIONAL.**

**Carlos Henrique Silva Seixas
Capitão-de-Mar-e-Guerra**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A COOPERAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL FRENTE
O CENÁRIO INTERNACIONAL.**

**Carlos Henrique Silva Seixas
Capitão-de-Mar-e-Guerra**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: CMG António Henrique Maló Rocha de Freitas

Lisboa 2008



ÍNDICE

Resumo.....	vi
<i>Abstract</i>	vii
Palavras chave.....	viii
Lista de abreviaturas.....	ix
1. Introdução.....	1
2. O Cenário Internacional.....	2
a. Síntese Conclusiva.....	5
3. Regionalização.....	6
a. Síntese conclusiva.....	11
4. O Mercosul e os Acordos.....	11
a. Conceito.....	12
b. Acordos.....	15
c. Síntese Conclusiva.....	16
5. Síntese da Integração entre Argentina e Brasil.....	16
a. Principais Interesses Coincidentes.....	22
b. Principais Discrepância.....	23
c. Síntese Conclusiva.....	26
6. Estratégias do Mercosul nos Cenários Americano e Europeu.....	26
a. Perspectivas.....	26
b. O Mercosul na América do Sul.....	27
c. O Mercosul e a Alca.....	29
(1) Acontecimentos Mais Recentes.....	31
d. O Mercosul e A União Européia.....	32
e. Síntese Conclusiva.....	34
7. Possibilidades de Integração Militar Regional.....	35
a. Síntese Conclusiva.....	38
8. Conclusões.....	38
BIBLIOGRAFIA.....	41



LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I – Glossário de conceitos.....I-1

Apêndice II – Regionalismo Latino Americano.....II-1

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Área e População dos Estados Integrantes do Mercosul.....A-1

Anexo B – Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Integrantes do Mercosul....B-1

Anexo C – Relação Comercial entre o Brasil e o Mercosul.....C-1



RESUMO

Este trabalho analisará sucintamente alguns aspectos importantes da cooperação existente entre os Estados integrantes do Mercosul, dando prioridade aos dois membros de maior valor Político e Estratégico, no caso Argentina e Brasil. Inicialmente será apresentada uma panorâmica do cenário internacional, após o que serão mostrados os aspectos da regionalização, para então chegar-se ao Mercosul propriamente dito.

A questão fundamental apresentada é a seguinte: “é válido para os estados integrantes manterem a cooperação no Mercosul”? Para respondê-la será importante analisar a maneira como Argentina e Brasil devem desenvolver uma estratégia conjunta frente ao cenário internacional. Esta estratégia deverá levar em consideração aspectos econômicos e comerciais, para que se possa atingir propósitos mais amplos no campo político. Desta forma, ambos os Estados e o Bloco, como um todo, terão possibilidades de maximizar seus interesses.

Durante o trabalho será apresentada uma síntese da integração existente entre Argentina e Brasil, com um pequeno histórico dos fatos ocorridos mais significativos e, posteriormente, seus principais interesses e discrepâncias.

Será também descrito as estratégias que vêm sendo adotadas pelo Mercosul nos cenários americano e europeu. Serão identificadas as estratégias que vêm sendo empregadas pelo Mercosul para fazer frente aos demais blocos existentes no continente, e a maneira como deverá alterar esse relacionamento para se buscar um melhor desenvolvimento interno do bloco.

Existe uma tentativa permanente dos Estados Unidos da América (EUA) de adotar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), neste trabalho será apresentada a maneira como o governo brasileiro considera que isso deverá ocorrer, para inclusive fortalecer o Mercosul. Será apresentada também a maneira como o Mercosul deverá se relacionar com a União Européia para buscar alcançar algum proveito da rivalidade existente entre este bloco e os EUA.

Para terminar será analisada a possibilidade de ocorrer uma integração militar na região, avaliando as ações desenvolvidas na atualidade que poderão contribuir para a referida integração.



ABSTRACT

This work presents a succinct analysis about some important aspects of the ongoing cooperation between Mercosul states integrants, giving priority to two members that have more political and strategic value, Argentina and Brazil. Initially there is an overview of the international scenario, followed by some aspects on regionalization that finally leads to the Mercosul subject.

The main question is if it does remain valid the cooperation between the Mercosul states? To answer it, it is important to analyse how Argentina and Brazil formulate a joint strategy considering the world scenario, considering economic and commercial aspects, to achieve wider aims at the political level, as a mean to maximize their mutual interests.

This work also presents a synthesis on the actual interaction between Argentina and Brazil, along with a brief history of the most significant events and their main interests and complaints.

In addition, there is a description about the strategies adopted by Mercosul in the American and European scenarios, as well as the strategies currently applied to confront other economic blocs that are present in South America, and how to modify such a relationship in order to work get a better internal development of the bloc.

Facing the U.SA's permanent initiative towards the American free trade area, there is also presentation of the Brazilian government's consideration how to work this subset out as a means to improve Mercosul itself. It is also presented a proposal on the future relationship between Mercosul and the European Union as a means to exploit some of the rivalry that exists between them.

To conclude will be considered a possible military integration in region, analysing the actions going on that will be able a value for this integration.



PALAVRAS-CHAVE

- Cenário Internacional,
- Cooperação,
- Regionalização,
- Integração, e
- Mercosul.



LISTA DE ABREVIATURAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio da América do Sul
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
C&T	Ciência e Tecnologia
CNC	Comitê de Negociações Comerciais
CAN	Comunidade Andina
CAF	Cooperação Andina de Fomento
DEA	Drug Enforcement Administration
EUA	Estados Unidos da América
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Social
FFAA	Forças Armadas
FSE	Fundo Social Europeu
FOCEM	Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MCCP	Mecanismo de Consulta e Concertação Política
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NAFTA	North America Free Trade Agreement
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	Planeamento e Desenvolvimento
PICAB	Programa de Cooperação e Integração entre Argentina e Brasil
PNID	Política Nacional de Indústria de Defesa
UE	União Européia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UNASUL	União das Nações Sul Americanas



UNHCHR	United Nations High Commissioner for Human Rights
USD	United States Dollar
USTR	United States Trade Representative



1. INTRODUÇÃO

O cenário internacional atual apresenta uma grande competição a nível mundial, entre as grandes potências pela conquista de novos mercados. Tal situação se reflete nas estratégias adotadas pelas políticas exteriores desses atores para alcançar e garantir seus interesses, o que pode ser percebido pela crescente busca nas formações de blocos comerciais regionais, que conferem, obviamente, maior importância e prestígio político internacional aos principais Estados envolvidos.

Pode-se considerar em termos políticos e estratégicos Argentina e Brasil como os principais atores integrantes do Mercosul¹, sendo, desta forma, para efeitos acadêmicos, os dois Estados que serão estudados com maior profundidade neste trabalho.

Antes do comprometimento com o bloco, ambos estavam condicionados a alinhamentos automáticos com os principais atores internacionais², resultando quase sempre em algum tipo de prejuízo financeiro e, conseqüentemente, político. Atualmente, percebe-se uma alteração neste modelo, devido ao estabelecimento da iniciativa de cooperação iniciada por ambos os Estados.

Este estudo buscará, ao longo de seu desenvolvimento, responder a seguinte questão principal: “é válido para os estados integrantes manterem a cooperação no Mercosul”? Neste estudo será levado em consideração aspectos políticos, econômicos, comerciais e militares. Com o propósito de atingir esse objetivo, serão respondidas as seguintes questões derivadas: qual o Cenário internacional durante e após a guerra fria? Como foi o processo de criação do Mercosul? Como se desenvolveu a integração entre Argentina e Brasil? Quais seus interesses comuns e discrepâncias? Como está o relacionamento do Mercosul no cenário americano e europeu? É possível uma integração militar entre os membros do Mercosul?

Para efeitos de desenvolvimento do presente trabalho, inicialmente será descrito o cenário internacional e regional da atualidade, posteriormente como se iniciou o processo de integração entre os dois Estados com maior projeção no bloco: Argentina e Brasil, e os principais acordos realizados pelos Estados durante o processo inicial.

Em continuação, se efetuará uma análise dos diversos interesses identificados como coincidentes na relação bilateral, e em que grau estão sendo atendidos no processo de

1 Mercosul – Mercado Comum do Sul, essa denominação foi definida nas revisões efetuadas pelo embaixador brasileiro Celso Amorim, para o Tratado de Assunção. Inicialmente o significado seria Mercado Comum do Cone Sul, mas ele solicitou a retirada da palavra “Cone”, porque a opinião pública da região nordeste brasileira poderia interpretar que seria um projeto voltado especificamente para a região Sul do país (PEÑA, 2006).

2 No século XIX esse ator era a Grã-Bretanha, no século XX se alinharam com os EUA.



desenvolvimento do bloco regional. Logo após, serão analisadas as principais discrepâncias na relação entre Argentina e Brasil, indicando possíveis ações para resolver os problemas surgidos.

Posteriormente, se delineará a estratégia básica do bloco regional no cenário internacional, em especial quanto aos seguintes cenários:

- O Mercosul na América do Sul;
- O Mercosul e a Alca; e
- O Mercosul e a União Européia (UE)

Por último, mas não menos importante, será analisada a possibilidade de se realizar uma integração entre o Poder Militar dos Estados membros do bloco.

A metodologia aplicada foi de pesquisa descritiva, com uma abordagem qualitativa por meio da exploração de uma diversificada bibliografia (livros, artigos, periódicos, legislação disponível e “sites” da Internet relacionados ao assunto). O método científico empregado foi o DEDUTIVO.

Naturalmente este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, demasiado amplo, complexo e cheio de alternâncias. A proposta é proporcionar ao leitor uma análise objetiva da cooperação entre os membros do bloco, enfatizando Argentina e Brasil.

2. O CENÁRIO INTERNACIONAL

Nosso planeta possui muitas incertezas na atualidade. No velho mundo bipolar, duas potências: Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se enfrentaram pela hegemonia, valendo-se de todos os recursos políticos e econômicos, buscando uma derrotar a outra (“NYE”, 2002.).

Na época da bipolaridade, as opções disponíveis para os países mais frágeis eram três:

- alinhar-se automaticamente com os EUA e o mundo ocidental capitalista, receber apoio econômico e militar, e em contrapartida comprometer-se a combater o comunismo em toda a sua amplitude;
- alinhar-se ao comunismo, implantando-o como sistema econômico e social, receber algumas formas de ajuda material e principalmente ajuda militar, satelizar-se e responder aos interesses soviéticos no cenário internacional;
- integrar-se ao grupo dos não alinhados e sofrer as conseqüências do isolamento que naturalmente ocorreria.



Em 1989 houve a queda do muro de Berlim e, consequentemente, a reunificação da Alemanha. Assim como sua existência simbolizou a divisão do mundo entre as superpotências, sua queda simbolizou o fim da Guerra Fria. Os EUA emergem desse período como o grande vencedor da competição pela hegemonia mundial, a economia de mercado triunfa, frente à economia centralizada, e a URSS acaba se dissolvendo. O paradigma do modelo democrático-liberal-capitalista parece ser o que mais se assemelha aos ideais da humanidade nos tempos atuais, e passa a ser adotado pela maioria dos Estados.

A partir deste período, identifica-se um cenário internacional multipolar sob o ponto de vista econômico, existem diversos atores importantes, principalmente com o surgimento dos blocos regionais, realizando a cada dia, uma busca feroz por novos mercados. No entanto, no aspecto militar ficou estabelecido a unipolaridade dos EUA, com um poderio militar infinitamente superior a qualquer Estado, ou mesmo perante aos blocos regionais existentes na atualidade. O cenário internacional passa então a ser uni-multipolar.

Os grandes avanços tecnológicos, principalmente no campo da informática e das telecomunicações, componentes essenciais da tecnologia de informação, estão provocando profundas transformações nas relações internacionais, mediante uma ampla integração dos sistemas financeiros, assim como na produção e no intercâmbio de mercadorias e serviços. Estes avanços tecnológicos são, também, capazes de transmitir quase que instantaneamente, a diversas regiões do mundo, tanto os êxitos econômicos iniciais dos países que se converteram ao capitalismo, como também todas as suas deficiências, como o aumento do desnível social existente, produzindo uma difusão do paradigma ocidental, mesmo nas economias mais fechadas como a da China. Deste modo, podemos chegar a conclusão que o fenômeno da globalização³, um dos mais espetaculares fenômenos que o final do século XX pode presenciar, está diretamente associado a duas causas principais:

- o relativo êxito do modelo liberal-democrático-capitalista, e
- a evolução tecnológica, que torna possível a distribuição do conhecimento aos locais mais distantes do mundo, difundindo o modelo vencedor como se fosse um vírus, que nenhum regime político, por mais fechado que seja, pode tornar-se isento.

³ Globalização - Realidade cuja dinâmica, influência e peso, transformam sectores das sociedades atuais nas suas dimensões, política, econômica e cultural. Com conseqüências (...) perda de autonomia de governos, poderio de mercados financeiros, desenvolvimento de redes mafiosas (...) o mundo entrou numa nova era repleta de incertezas e ameaças (RAMONET, 2004:5).



Ela é virtualmente tão antiga quanto à história humana. A novidade é que agora as redes são mais complexas, incluindo pessoas de diversas classes sócias e regiões distantes. A antiga rota da seda, que ligava a Europa a Ásia, era um exemplo de globalização “rarefeita”, que envolvia pequenas quantidades de artigos de luxo para uma quantidade restrita de clientes. No século XIX houve uma globalização econômica extraordinária, ocorreu um intercâmbio grande entre as diversas regiões, gerando uma interdependência entre os Estados.

A globalização atual é mais densa e mais rápida, ela modifica as regras do jogo competitivo entre os Estados, boa parte dessa diferença está relacionada com a revolução da informação. Como argumenta Thomas Friedman, a globalização contemporânea avança “mais e mais depressa, é mais barata e mais profunda” ⁴.

O fim da Guerra Fria iniciou uma nova fase na globalização militar, tornando-a mais complexa. As disputas antes existentes entre as grandes potências perderam relevância no equilíbrio de poder. Porém, nos últimos anos, a importância dada à globalização social aumentou, introduzindo novas dimensões ao globalismo militar, dando maior ênfase a intervenção humanitária e ao terrorismo.

As questões humanitárias interagindo com as comunicações globais, criaram um ambiente de forte pressão na opinião pública mundial e, principalmente, nas das grandes potências, impondo, de certa forma, algum tipo de intervenção militar em diversos locais do mundo, como Somália, Bósnia e Kosovo”(NYE, 2002).

As opções nos dias atuais para a implementação do terrorismo como arma letal está em pleno andamento, haja vista o ocorrido no território norte-americano no ataque as “Torres Gêmeas”, no dia 11 de setembro de 2001, e outros ocorridos em diversas partes do mundo.

Não podemos esquecer que todo esse processo de ataques terroristas, pelo menos até o presente momento, tem afetado muito mais os Estados importantes no cenário internacional, com maior poder de influência e decisão nos destinos da humanidade, que os Estados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Estes estão muito mais preocupados no atual cenário, com seu desenvolvimento econômico e social, que são necessidades mais urgentes de suas sociedades.

É impressionante a distribuição assimétrica dos benefícios que o processo de globalização está trazendo para os indivíduos de cada Estado, ou mesmo entre os Estados.

⁴ Friedman, T. *The Lexus and The Understanding Globalization*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1999. p-7-8.



Pode-se citar como exemplo da grande desigualdade entre os indivíduos de Estados diferentes, o fato de que em 1998, os três bilionários mais ricos do mundo, acumulavam uma riqueza em ativos maior do que a renda de seiscentos milhões de habitantes de Estados menos desenvolvidos ao redor do planeta (NYE, 2002).

Nos dias atuais, os aspectos econômicos das relações internacionais adquirem relevância significativa, influenciando nos aspectos políticos e militares. Este processo possui algumas características principais, as quais serão tratadas a seguir.

A primeira delas é a distribuição geográfica dos mercados, como consequência da saturação dos mercados dos países mais ricos e o fortalecimento dos mercados dos países emergentes, entre os quais podemos incluir os países do Mercosul, que pretende ser um importante pólo de consumo e produção.

Outra característica importante do cenário internacional é que hoje em dia os atores fundamentais já não são exclusivamente os governos como representantes dos Estados-Nações, possuem um papel cada vez mais relevante as empresas transnacionais e as Organizações Não Governamentais (ONG).

As empresas transnacionais, por sua natureza, têm exercido significativo papel no processo de globalização. No entanto, ainda que tenham atuação em várias regiões do mundo, estas empresas continuam tendo sede em um determinado Estado, com o qual jamais deixarão de ter um vínculo e estarão sempre identificadas, e seguramente terão compromissos de ordem política e institucional com suas classes dirigentes.

Quanto as ONG, normalmente elaboram causas mais voltadas para área ecológica ou humanitária, o que lhes garante uma capacidade de projeção e penetração em quase todos os Estados do mundo, com uma fluidez tal, que dão a impressão de que para elas não existe o conceito de soberania⁵. Não chegam a ter o mesmo poder das empresas transnacionais no cenário internacional, mas podem influenciar nos assuntos internos, que por seu intermédio podem ter consequências de caráter internacional.

a) Síntese Conclusiva

Conclui-se, portanto, que vivemos em um mundo repleto de incertezas, em um cenário que podemos chamar de uni-multipolar. A globalização trouxe benefícios e alguns problemas. Atualmente, os aspectos econômicos das relações internacionais adquiriram grande importância, influenciando nos aspectos políticos e militares.

⁵ Soberania é o poder político, de que dispõe o Estado, de exercer o comando e o controle, sem submissão aos interesses de outro Estado (Houaiss, 1994).



Os governos dos Estados neste cenário tendem a possuir uma atuação muito mais limitada, à medida que estão em jogo grandes quantidades de fatores, que se configuram como uma complexa trama de interesses, tanto nacionais como internacionais, onde eles têm que conduzir sua política interna e externa, de modo coordenado e coerente. Este, com certeza, é o grande desafio do Estado-Nação moderno.

3. REGIONALIZAÇÃO

Os processos de globalização e regionalização estão vinculados de forma ambígua, já que em princípio seriam conceitualmente opostos, mas como veremos a seguir, estão de algum modo associados.

O início da década de 90 alterou profundamente o cenário internacional, houve a unificação alemã, desmembramento da URSS, ampliação e aprofundamento da União Européia, e a democratização na América latina, fatores que, de certa maneira, facilitaram o processo de regionalização.

Atualmente, as grandes disputas se dão na competição por novos mercados, que possam sustentar altos níveis de produção e que possam, pelo menos, manter as atuais taxas de ocupação de trabalho. Nesta luta, as nações desenvolvidas apregoam a abertura econômica como o melhor caminho para o desenvolvimento dos países, mas nunca esquecendo de se tomar as precauções necessárias à preservação da atividade econômica interna. Porém, em contra partida, fecham seus próprios mercados mediante a aplicação de tarifas alfandegárias. Alguns produtos brasileiros ingressam ao mercado norte-americano com tarifas de cerca de 100%, como forma de compensação às práticas subsidiárias, supostamente aplicadas pelo governo brasileiro, que desta forma estaria contrariando os princípios do livre comércio mundial.

O que se está a dizer não é contrário à globalização, que com certeza é um processo natural de evolução da civilização. No entanto, os acontecimentos demonstram que na prática, a globalização não implica na eliminação das barreiras que dividem o mundo em nações desenvolvidas, emergentes, em desenvolvimento e subdesenvolvidas. Pode inclusive parecer ser um processo de “neocolonialismo”, já que tenderia a facilitar a exploração da mão de obra mais barata disponível nos Estados ainda não desenvolvidos da Ásia, África e América Latina, como na realidade vem ocorrendo.

Em contrapartida, esse mesmo processo de globalização é o que permite a geração de novos postos de trabalho nos Estados ainda em desenvolvimento, em um ritmo que não



seria alcançado exclusivamente pelo crescimento espontâneo da economia destes países, no caso de um hipotético cenário de protecionismo e isolamento econômico.

A política externa brasileira possui um posicionamento globalizado, procura incentivar o regionalismo, mas também proclamou a “intenção de contribuir para a democratização das relações internacionais e estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea” (RIBAS, 2006). Para isto, procura manter fortes vínculos bilaterais tanto com os Estados desenvolvidos como com outros Estados em desenvolvimento de maior expressão geopolítica e econômica.

Desta forma, pode-se dizer que a postura da política externa brasileira se alterou, fazendo com que deixasse de apresentar o Brasil apenas como membro ativo do grupo de Estados em desenvolvimento, para assumir uma posição de potência emergente⁶, buscando uma posição de maior relevância no cenário internacional. Também percebeu que outra maneira de se inserir neste cenário, ocupando uma posição de destaque, seria incentivando o processo de regionalização.

Os processos de integração regional normalmente são conduzidos de forma lenta e gradual, para que cada Estado membro possa adaptar-se à nova realidade do mercado regionalizado, proporcionando-lhe a possibilidade de preparar-se para os desafios da competição regional, uma oportunidade que de nenhuma maneira se daria no processo espontâneo e incontrollável da globalização. Inicia-se normalmente com um processo econômico-comercial, para no futuro, chegar-se a um processo de integração política mais consistente.

Devido às diversas experiências já ocorridas ao longo do tempo, em processos de integração regional, eles ocorrem por meio de diversos modelos, que podem seguir ou não as fases sucessivas para uma integração, a saber: zona de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica. O Mercosul, no momento, ainda é um projeto de construção de um Mercado Comum, cuja execução encontra-se na fase de união aduaneira parcial⁷.

Outro fato relevante é que, a partir da década de 80, o fenômeno da integração passou a despertar o interesse das comunidades política e acadêmica. Isto ocorreu pelo fato do regionalismo econômico ter-se constituído em elemento fundamental das estratégias

⁶ A expressão “potência emergente” é usada neste trabalho para descrever a situação daqueles Estados em desenvolvimento cuja política aspira não apenas ao próprio progresso econômico, mas também, especificamente, a uma ampliação da sua projeção externa.

⁷ O Tratado de Assunção previa a formação de um Mercado Comum em 1994, por meio de eliminação de barreiras e da formação de uma tarifa externa comum (o que corresponderia na prática a uma união aduaneira), mas teve esse prazo prorrogado (SARAIVA, 1999).



políticas e econômicas das grandes potências, principalmente dos EUA, que abandonaram sua posição de não participar de esquemas preferenciais de alcance regional, convertendo-se em propositores e protagonistas de uma série de acordos em bases regionais.

Percebendo que estava ocorrendo uma mudança no cenário internacional, os países em desenvolvimento também passaram a direcionar suas estratégias para a inserção internacional por meio de uma integração regional. Neste aspecto, a América Latina tentou revigorar o Mercado Comum Centro Americano, a Comunidade Andina, entre outros, até chegar-se a criação do Mercosul. (Apêndice II)

O acordo de integração para a formação do Mercosul tinha objetivos bastante ambiciosos, ele nasceu no meio de dois processos fundamentais:

- o surgimento do regionalismo como modo de liberação e inserção internacional e,
- a alteração na modalidade de crescimento dos países da região em relação ao mundo.

O Brasil surge no início do século XXI, dentre os Estados emergentes, como um dos mais sólidos e promissores, devidos aos seguintes fatores: sua vasta reserva territorial (8,5 milhões de km²), sua homogeneidade cultural veiculada por uma cultura e língua comum, uma população jovem, de idade activa e a buscar qualificação profissional sendo, desta forma, um pólo centralizador e de vital importância para uma integração regional exitosa (SOUZA, 2002).

Outro fator importante a ser considerado é que, nos últimos anos, a política externa brasileira vem a priorizar o Continente Sul-Americano. Depois de longo tempo alinhado aos EUA e as potências européias, nosso Itamaraty⁸ vem a dar ênfase ao processo de regionalização, a priorizar o fortalecimento dos blocos econômicos e foros políticos regionais. Esta postura tem o propósito de unificar os discursos da região, como também dar maior peso político à América do Sul, nas decisões de alcance global (RIBAS, 2006).

Importante ressaltar no processo de integração regional, no caso específico do Mercosul, a relevância dada à chamada “cláusula democrática”, institucionalizada pelo protocolo de Ushuaia (1998) sobre o Compromisso Democrático do Mercosul⁹. O bloco, desta forma, tornou-se garantia relevante da consolidação dos regimes democráticos na região. Nas crises ocorridas em 1996 e 1999 no Paraguai, a atuação conjunta dos Estados

⁸ Órgão responsável pela condução da política externa brasileira..

⁹ Art.1º - “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-Partes do presente Protocolo.



membr os do bloco foi elemento importante para assegurar a manutenção da integridade das instituições democráticas naquele país vizinho.

De acordo com o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Tullo Vigevani, “A constatação de que o Brasil, para exercer uma influência político-econômica regional e até global, teria de construir um sistema de alianças políticas e pactos econômicos só viria a ganhar uma dimensão definitiva nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e, depois, se intensificaria na gestão do presidente Lula” (RIBAS, 2006). Ele inclusive relata que considera que as duas principais ações políticas brasileiras que ilustram esta sua frase, e que procuram consolidar a liderança nacional no continente, são, inegavelmente, o processo de formação da Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA),¹⁰ que tem a chancela do Itamaraty; e a ação das Forças Armadas (FFAA) brasileiras no Haiti.

O Brasil persegue a longo tempo, exercer uma liderança natural no continente. Neste aspecto, o país gostaria de tornar-se o “porta voz” da região. As ações relatadas acima, sem dúvida, contribuem para que o Brasil passe a ser visto internacionalmente como um país atuante e com interesse no bem estar dos Estados, podendo, desta forma, aumentar sua relevância diplomática no cenário internacional.

Diversos observadores têm comentado que o Brasil está a procurar exercer sua liderança buscando financiar projetos em diversos países do continente, pode-se citar:

- gasoduto do Sul, obra que pretende unir os mercados consumidores e produtores de gás natural da região;
- rodovia Acre-Pacífico, que atravessará o Peru;
- diversas obras de empresas nacionais que estão a realizar trabalhos de infra-estruturas nos diversos países do continente, muitas financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

Embora um pouco mais enfraquecidos politicamente pela falta de investimentos na região e pela agressiva política externa norte-americana empregada atualmente na Guerra do Iraque, os EUA, mesmo assim, têm procurado interceder na área, realizando acordos bilaterais com Estados da região, como Chile e Uruguai, tentando justamente enfraquecer o processo de integração regional (entenda-se o Mercosul), com o propósito de não perder influência política no cenário regional.

¹⁰ Grupo criado oficialmente em dezembro de 2004 com o objetivo de ampliar o diálogo político e promover a integração econômica, comercial e de infra-estrutura da região. Passou a se chamar União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em fevereiro de 2008.



A integração entre os Estados da região vem a acontecer de forma lenta e gradual, no dia 07 de maio de 2007, ocorreu, em Montevideu, a instalação do Parlamento do Mercosul. Trata-se de um importante passo no sentido de se atribuir uma forma política ao processo de integração, e assim possa se chegar à implementação de uma verdadeira União Aduaneira, como uma etapa para concepção de um Mercosul que todos idealizam. Este Parlamento terá inicialmente 72 membros dos Parlamntos nacionais, sendo 18 de cada Estado. No caso do Brasil, serão 09 Senadores e 09 Deputados, isto ocorrerá em 2010.

Está previsto modificação na confecção deste Parlamento em 2014, quando os membros serão eleitos especificamente por suas respectivas populações em eleições locais, devendo também ocorrer uma adequação no número de parlamentares, em busca de uma melhor proporcionalidade.

Em entrevista concedida ao Jornal “O Globo”, o chanceler Celso Amorim saiu em defesa do Mercosul, segundo ele: “Nem todos querem integrá-lo, mas isso não é conflitivo com a integração. Hoje quem não é membro pleno do Mercosul é membro associado, com apenas duas exceções: Guiana e Suriname. A divergência é quanto à velocidade da integração”. Para o presidente da Venezuela (Hugo Chavez) se deveria acelerar o processo, para o Chile ao contrário, se deveria retardar o processo. O Brasil encontra-se em uma posição intermediária, desejando uma integração lenta, gradual, mas o mais sólida possível¹¹. Para que se possa ter uma idéia de como o processo de integração é moroso, na União Européia, que iniciou um processo semelhante na década de 50, o Parlamento comum só foi estabelecido em 1979.

O Mercosul já obteve diversos resultados positivos, seguem abaixo os mais destacados:

- A criação de um ambiente apropriado para uma visão estratégica comum, centrada no predomínio da lógica de integração frente à fragmentação nas relações entre as nações da região, refletindo especialmente no conceito de “Zona de Paz”;
- A afirmação dos valores da democracia, o desenvolvimento econômico e a coesão social na região;
- Maior conectividade entre os sócios, tanto no plano econômico, comercial, como no político, social, cultural, educativo, acadêmico e militar (maior quantidade de exercícios e intercâmbio entre as Escolas Militares);

¹¹ Matéria publicada no jornal O Globo, dia 06/05/2007, pág. 2, coluna Tereza Cruvinel. Disponível na internet em www.oglobo.com.br



Por outro lado, também, se podem destacar alguns pontos que ainda estão insuficientes, necessitando de uma melhor atenção dos governantes, para que se logre obter um melhor desempenho. Estão relacionados a seguir os principais pontos identificados:

- A ausência de uma metodologia eficaz para harmonizar interesses nacionais entre nações de dimensões e graus de desenvolvimentos diferenciados, e para gestão de conflitos, originados no próprio processo de integração;
- A elaboração de enfoques e estratégias efetivamente compartilhadas de integração econômica e política; e
- A efetividade das regras estabelecidas, isto é, assegurar que entre em vigor o que foi acordado, inclusive que passe a vigorar nos direitos internos de cada Estado.

Em dezembro de 2007 foi assinado a ata de fundação do Banco do Sul, entre Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A criação deste banco foi o marco de uma importante vontade entre os países do Cone Sul de realmente efetuarem uma integração mais sólida. No momento, este processo está na fase inicial, mas ele deverá ser lento e gradual, para que esta entidade venha a ter um bom lastro e uma boa capacidade técnica e administrativa. Outro fato relevante é que todos os Estados membros terão o mesmo peso nas decisões, para que não ocorra o que hoje acontece no FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e o Banco Interamericano de Defesa, onde os interesses dos EUA acabam prevalecendo.

a) Síntese Conclusiva

Fica evidenciada a importância do processo de regionalização, que está de certa forma relacionado com a globalização. Como no mundo moderno as grandes disputas se dão pela busca de novos mercados, a partir da década de 80 os Estados em desenvolvimento passaram a direcionar suas estratégias neste sentido.

Os processos de integração regional devem ser conduzidos de forma lenta e gradual, para que os Estados membros possam realizar as adaptações necessárias.

O Brasil surge no início do século XXI como um dos Estados emergentes mais promissores, busca a longo tempo exercer uma liderança no continente, e para isso é importante continuar a buscar a integração da região, construindo instituições regionais fortes como a UNASUL e o Mercosul, como também se deve procurar fortalecer a democracia em toda a América do Sul. Desta forma, com certeza, um dia se poderá chegar a construir um processo de integração aos moldes do interesse de cada participante.



4. MERCOSUL E OS ACORDOS

Dentro do processo de negociação que conduziu à criação do Mercosul, houve todo um arcabouço institucional, do regime de livre comércio e da união aduaneira, mostrando toda a disposição dos governos de realizarem uma aproximação no campo político, econômico e estratégico. Veremos neste capítulo todo o processo até chegar-se ao modelo de bloco existente nos dias atuais.

a) Conceito:

Em meados da década de 80, os governos da Argentina e Brasil aproveitando o marco institucional da ALADI (Associação Latino-americana de Integração), que tinha como objetivo formal, constituir um mercado comum latino-americano, iniciam a etapa de um processo de integração bilateral, que constitui o precedente mais próximo do que viria a ser o Mercosul. Em grande parte, este processo pode ser atribuído como resposta à inoperância das diversas tentativas realizadas até aquela época, no sentido de uma integração regional.

O Mercosul deveria nascer com um forte sentido político e estratégico, visivelmente relacionado ao restabelecimento da democracia em ambos os países e com a necessidade de reverter certa tendência à confrontação que se havia manifestado de forma recorrente através da história. Seria também multidimensional, atendendo a diversos aspectos, como político, comercial, social, e outros.

Este processo tem início em 1985, na Ata de Iguaçu, seguido logo pelo Programa de Cooperação e Integração entre Argentina e Brasil (PICAB) de 1986.

Em 1988 se assina o Tratado de Cooperação e Integração entre Argentina e Brasil, que foi ratificado em 1989 e ainda encontra-se em vigor. O objetivo definido deste instrumento bilateral foi integrar um “espaço econômico comum”.

O tratado bilateral era somente um marco, que não incluía compromissos jurídicos imediatos de abertura de mercados. Pode ser considerado como uma etapa importante do processo de integração que estava tendo início. No aspecto político, pode-se considerar que marcou a vontade de se ter uma orientação estratégica conjunta, que viria a ser retomada com o Mercosul.

Em 6 de junho de 1990, Argentina e Brasil assinaram a “Ata de Buenos Aires”, mediante a qual fixaram a data de 31/12/1994 para a formação de um Mercado Comum entre os dois países. Em setembro de 1990, Paraguai e Uruguai são convidados para se incorporarem ao processo de integração. Nesta mesma ocasião, foram criados diversos subgrupos de trabalho (assuntos comerciais, assuntos aduaneiros, normas técnicas,



políticas industriais, transportes marítimos, transportes terrestres, políticas agrícolas e energia), os mesmos que viriam, no futuro, a serem incorporados ao Mercosul. A partir de então, os quatro países dedicaram-se à preparação do texto do tratado, o que foi efetuado ao longo de seis reuniões subseqüentes. Os parâmetros fundamentais eram os seguintes:

- confeccionar um instrumento jurídico que contemplasse a criação de um mercado comum;
- o acordo teria por objetivo estabelecer um mercado comum em 31 de dezembro de 1994;
- o acordo refletiria o disposto na Ata de Buenos Aires quanto à harmonização de políticas macroeconômicas, ao cronograma de redução tarifário automático e linear, às condições para redução das listas de exceção e à fixação de regras específicas de origem, onde Argentina e Brasil salvaguardavam os compromissos nos termos em que haviam sido originalmente definidos e assumidos bilateralmente. (VAZ, 2002)

Como consequência é firmado o “Tratado de Assunção”, assinado em 26 de março de 1991, que pautou as condições para dar início ao processo rumo ao mercado comum entre os quatro Estados, a partir do Programa de Liberação Comercial progressivo, linear e automático, de eliminação de barreiras não tarifárias ao comércio, dos compromissos de avançar na coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, de projetar uma tarifa externa comum, que entraria em vigor a partir de 01 de janeiro de 1995, e da harmonização das legislações nacionais em diversos tópicos ligados a facilitação dos negócios e a livre circulação de bens e fatores produtivos (normas técnicas, requisitos ambientais, normas fitossanitárias etc).

Este período compreendido entre o Tratado de Assunção e o de Ouro Preto foi repleto de percalços, ocorreram diversos conflitos de interesses no âmbito político e econômico, tendo que haver um constante manejo de assimetrias. Os compromissos assumidos no Tratado de Assunção em matéria de coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais – que a partir de 1992 se refletiram numa agenda bem desmembrada e pautada, graças ao Cronograma de Las Leñas¹² – tentaram harmonizar de alguma forma as diferentes legislações vigentes em matéria de política comercial, agrícola, tributária, alfandegária, trabalhista, macroeconômica, etc.

O Brasil procurava salvaguardar o sentido estratégico que o bloco viria a lhe conferir, como mecanismo de reforço e consolidação de sua abertura econômica, e

¹² Reunião realizada em meados de 1992, quando havia grande incerteza em relação à continuidade do presidente Collor, e num panorama regional onde havia um forte déficit comercial entre Argentina e Brasil.



também, como importante plataforma de sua inserção internacional. Já a Argentina, tinha um interesse imediato de resguardar sua liberdade para manejar seus instrumentos de política comercial, era uma tentativa de preservar a essência de seu plano de estabilidade econômica, que na época, era baseado na convertibilidade do peso ao dólar.

No início de 1994, em Colônia no Uruguai, foi politicamente reafirmado o objetivo de implantar a união aduaneira, ficando a construção do mercado comum para uma etapa futura indefinida. Foram fixados, também, um calendário e uma agenda de negociação com “requisitos mínimos” e “novos instrumentos” necessários para dar continuidade ao processo.

Ainda no primeiro semestre de 1994, ocorreram alguns focos de tensão em virtude das diferentes percepções que os Estados membros tinham da agenda externa do bloco, foram se revelando a partir da proposta brasileira da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul Americana) e dos “flertes” da Argentina com a idéia de uma possível associação com o North América Free Trade Agreement (NAFTA).

É possível que todos esses problemas tenham de alguma forma prejudicado o andamento do processo para a instalação do Mercosul como União Aduaneira, mas o lançamento da última fase do Plano Real no Brasil, e seus impactos estabilizadores, com certeza gerou entre os negociadores e empresários condições de ânimo mais propícias a um compromisso integrador com características mais profundas na região.

Outro fator relevante a ser assinalado é que desde o início do processo de formação do Mercosul, a Argentina sempre mostrou particular interesse na incorporação do Chile ao novo processo integrador regional. A motivação argentina era dupla, se por um lado suas economias eram complementarias; no aspecto político o palácio de San Martín via a incorporação do Chile num acordo comercial com o Mercosul como um aprofundamento da inter-relação econômica e política entre os Estados da região, que provavelmente se tornaria um elemento capaz de contribuir positivamente para a resolução pacífica de divergências ligadas aos problemas de fronteiras existentes entre ambos os Estados. Este fato, também, iria contribuir para reforçar a imagem internacional de um Cone Sul livre de conflitos territoriais.

Embora os interesses fossem diferentes entre Argentina e Brasil, no tocante a estrutura que deveria ter o Mercosul, eles acabaram sendo convergentes ao final, ainda que por motivos distintos. Isto acabou sendo consubstanciado pelo Protocolo de Ouro Preto, assinado pelos presidentes dos quatro Estados em 17 de dezembro de 1994.



b) Acordos:

O ano de 1996 foi determinante para Chile e Bolívia, que conscientes da necessidade de formar um espaço econômico ampliado e a possibilidade de atuar como elementos de integração econômica, protocolaram acordos de complementação econômica entre ambas as nações e o Mercosul;

Em 25 de junho de 1996, na X reunião de Cúpula do Mercosul, foi assinado na província argentina de São Luís, o acordo de Complementação Econômica entre Chile e o Mercosul, para vigorar a partir de 01 de outubro daquele mesmo ano, dando início a um processo de redução tarifária e de um intercâmbio maior entre o Chile e o bloco iniciante;

Nesta mesma reunião foi firmada a “declaração presidencial sobre o diálogo político, a qual criava um Mecanismo de Consulta e Concertação Política (MCCP), com o objetivo, entre outros, de buscar coordenar posições sobre questões internacionais de interesses comuns”. A declaração presidencial assinada em Assunção, em 17 de junho de 1997, estabelece que “o MCCP buscará articular (...) as ações necessárias para ampliar e sistematizar a cooperação política entre as partes, entendida como aquela cooperação relativa a todos os campos que não façam parte da agenda econômica e comercial da integração” (VAZ, 2002). Estes entendimentos foram institucionalizados por meio da decisão 18/98, na cúpula do Rio de Janeiro, que criou o fórum de Consulta e Concertação Política;

Em 1996, na reunião de chefes de Estado dos países do Mercosul realizada na localidade de Potrero de Funes, foi assinada a chamada “cláusula democrática”, onde os quatro Estados se comprometeram a adotar uma série de medidas para o caso de surgirem, em algum deles, ameaças à estabilidade democrática. As medidas acordadas incluíam até a possibilidade de exclusão do bloco, caso isso viesse a ocorrer com algum dos membros.

Em dezembro de 1996, na cidade de Fortaleza, no Brasil, a Bolívia e o Mercosul firmaram um Acordo de Complementação Econômica, onde era incluído um programa de liberalização comercial paulatina e automática, que teria início em abril do ano seguinte;

Outro evento relevante ocorrido em 16 de abril de 1998 foi o Acordo-Marco para a criação da Zona de Livre Comércio Mercosul – CAN (Comunidade Andina), que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2000;

Em 24 de julho de 1998, foi assinada em Ushuaia (Argentina) a Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz, que registra entendimento no sentido de “fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e Defesa existentes entre seus membros, e promover sua progressiva articulação (...)” (Vaz, 2002).



c) Síntese Conclusiva

Este capítulo mostrou todo o processo de criação do Mercosul, inclusive a importância que teve a ALADI para o marco institucional do bloco. Outra característica a ser ressaltada eram as visões distintas entre os dois principais atores do bloco, sobre a importância da integração: para a Argentina a importância era econômica, para o Brasil mais Política e Estratégica, no sentido de ganhar relevância no cenário internacional.

Outro fator também a ser destacado foi a assinatura da Declaração Política do Mercosul, importante para o fortalecimento na cooperação na área de segurança e defesa. A seguir será descrito o processo de integração entre Argentina e Brasil.

5 - SÍNTESE DA INTEGRAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL

O processo de integração entre Argentina e Brasil teve início na década de 80, quando se pode considerar que começou a ocorrer uma coincidência maior na condução da política externa de ambos os Estados, dando início a um processo de superação de antigas rivalidades e desconfianças mútuas. Pode-se inclusive dizer, que no campo político, o Acordo Tripartite sobre Itaipu e Corpus (1979), e a derrota dos argentinos na guerra das Malvinas, foram fatores que facilitaram este processo, inclusive porque o Brasil passou a se encarregar dos negócios argentinos frente ao Reino Unido. Nesta época foram tratados assuntos importantes para a região, como a participação conjunta em foros latino-americanos, à criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul¹³, um processo nuclear mais autônomo e uma vontade política maior de integração.

Com a plena redemocratização dos dois maiores Estados da região (Argentina em 1983 e Brasil em 1985) foi que as relações bilaterais começaram realmente a entrar em um novo período. É importante ser destacado o empenho político dos governos, e principalmente dos líderes da época em particular, em superar a inércia de desconfiança e distanciamento que ocorria até então. Era a primeira vez na história da América Latina, a exceção de Cuba, que os Estados vivenciavam uma democracia representativa. Essa nova realidade permitiu um maior grau de cooperação ainda não observado no continente, abrindo caminho para processos de associação e integração entre Argentina e Brasil.

Na década de 90, com o novo cenário internacional advindo do recente término da era bipolar, e da estrutura de uma nova ordem baseada no campo político, que seria a defesa de valores vinculados ao pluralismo democrático e, no econômico, a importância da

¹³ A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) foi criada em 1986 com o propósito de integrar os Estados da região e criar um espaço livre de conflitos. (SOUZA, 2002)



economia de mercado, deixou uma série de dúvidas sobre como seria essa nova ordem mundial.

O presidente argentino anunciou sua disposição de levar adiante o programa de integração iniciado na administração anterior: “A partir dessa integração marcharemos rumo à integração de toda a América Latina (...) É necessário incluir os demais países nesse processo mediante a execução de projetos concretos para enfrentar o desafio decorrente da formação de blocos econômicos” (MENEN, 1989) ¹⁴.

Nas orientações que o governo argentino tinha, para direcionar sua política externa, com o propósito de compatibilizar com o processo de integração com o Brasil, um fato relevante foi o discurso do chanceler argentino Domingo Cavallo, que manifestou a vontade do seu governo de prosseguir no caminho empreendido pela administração anterior, embora com base em motivações claramente distintas: “O que o presidente Carlos Menem me transmitiu como instrução fundamental é que, através da política exterior, a república Argentina deve ser reconhecida como um país sério e responsável, com quem se pode tratar e em quem se pode confiar (...). Pensamos que a decisão dos presidentes Alfonsín e Sarney de deixar de lado a competição e rivalidade que existiam entre os dois Estados desde tempos imemoriais foi uma decisão transcendente, que abre a possibilidade de uma cooperação muito estreita em âmbitos antes inimagináveis. (...) Em vez de adversários potenciais em conflito, começamos a nos ver como sócios concretos no quadro de um processo de integração que aspira a conformar um mercado comum (...) decidimos que essa iniciativa deve ser continuada” (discurso de Domingo Cavallo no circuito “El Ombú”, em 20/09/1989). Um elemento indispensável na construção de uma “aliança estratégica” é o reconhecimento mútuo de diferenças.

Com a posse em março de 1990, no Brasil, do presidente eleito Fernando Collor de Mello, que era fruto de uma coalizão liberal-conservadora, abria-se caminho para um aprofundamento do processo de integração, devido ao novo mandatário ser adepto a uma estratégia de abertura econômica, o que abriria novos horizontes para ambos os Estados.

No Brasil, o governo de Collor de Mello estabeleceu o que se chamou de crise de paradigma em sua política externa. O paradigma globalista, que havia orientado durante muito tempo a política externa brasileira foi questionado; as premissas vinculadas ao nacional-desenvolvimentismo, que já vinham perdendo sua dinâmica durante a década de

¹⁴ Entrevista publicada no jornal argentino *Ámbito Financiero*, em 21/09/ 1989, p.23. Disponível na internet em: www.ambito.com/edicionesanteriores.asp.



80, foram definitivamente superadas, dando início a uma nova percepção de que abrindo mão das reclamações em relação à economia internacional e aproximando-se do principal líder mundial, no caso, os EUA, o país poderia colocar-se como interlocutor relevante no cenário internacional.

Esta crise de paradigma cedeu espaço para o surgimento de duas correntes, com diferentes visões, sobre a melhor maneira do país se inserir no cenário internacional:

- a primeira de caráter mais autonomista, mantinha mais fortemente elementos do paradigma globalista, que vinha sendo seguido até então. Defendia uma projeção mais autônoma do Brasil na política internacional; possuía preocupações de caráter político-estratégico com relação aos problemas Norte-Sul; dava maior destaque à perspectiva brasileira de participar do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e buscava alcançar para o Brasil um papel de maior liderança na América do Sul. Esta corrente é conhecida na literatura sobre o tema como “corrente nacionalista”.

- A outra, sem abrir mão da primeira, procurava dar maior importância ao apoio do Brasil aos regimes internacionais em vigência. Defendia a idéia de uma inserção internacional do país a partir de uma soberania compartilhada, desta forma, buscando uma liderança mais discreta na América do Sul. Como dava maior apoio aos valores da ordem internacional, de caráter liberal, essa corrente é conhecida pelos analistas de política externa como “liberal” (SARAIVA, 2007).

O governo de Collor, desta forma, procurou alterar o perfil internacional do país, discutindo novos temas, construindo uma relação mais saudável com os EUA e buscando descaracterizar o perfil terceiro-mundista vigente. Porém, o Brasil procurou manter uma política exterior que valorizava a autonomia e a independência de critério nas questões internacionais. Já a Argentina começou a privilegiar os objetivos de eliminar os pontos de atrito em sua agenda política com os EUA¹⁵, entendendo que essa era a melhor estratégia para obter credibilidade internacional, podendo, desta forma, favorecer sua estabilidade política e econômica no campo interno.

Em novembro de 1990, após um período de intensas negociações em nível técnico, Argentina e Brasil firmaram um acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE 14) no quadro da ALADI, lançando as bases instrumentais sobre as quais se efetuariam o Tratado de Assunção. Com esse acordo encerrava-se formalmente toda a etapa de integração gradual e setorial, passando-se para um programa mais detalhado de redução progressiva,

¹⁵ Houve grandes alterações na política externa da Argentina – saída do movimento dos países não alinhados, envio de tropas ao Golfo, adesão aos tratados internacionais sobre temas nucleares, etc.



linear e automático, para todo um conjunto de universo tarifário. Em suma, de alguma forma estava realmente tendo início um verdadeiro processo de integração entre Argentina e Brasil, e também tendo início um novo modelo de política externa e econômica que seria determinante para a construção do Mercosul, a partir de 1991.

Já no governo de Itamar Franco, presidente que sucedeu a Collor, deu-se maior prioridade à vertente desenvolvimentista da política externa, sendo mais nacionalista, um pouco distinta da política externa Argentina de alinhamento incondicional aos EUA. O Brasil passou a atuar mais ativamente nos foros multilaterais; procurou também aprofundar a integração regional, com destaque para o Mercosul. Alterou suas relações com os EUA, evitando alianças incondicionais, como também enfrentamentos, e buscou novos parceiros externos como a Índia e a China.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado em sua política externa por um perfil que buscava assimilar e empregar um pouco do perfil nacionalista, de Itamar Franco, e um pouco do liberal, de Fernando Collor de Mello.

Neste período, também, foi incrementado um maior relacionamento entre os Estados-Maiores conjuntos de Argentina e Brasil, com diversos seminários e exercícios militares binacionais, suscitando interesse e a aumentar a participação de outros Estados da região. O crescente intercâmbio entre as FFAA dos Estados do Mercosul criou uma situação de fato, que permitiu um avanço para a anulação da hipótese de conflito entre os dois principais Estados da região.

Em outubro de 1996 o presidente Fernando Henrique anunciava outra Política de Defesa para o Brasil¹⁶, e o presidente Carlos Menen aprovava a diretriz para um novo planejamento militar, em que a tradicional hipótese de conflito com origem no rio da Prata era abandonada como ameaça principal. No caso brasileiro, o então presidente comentou que apesar do país conviver harmonicamente na comunidade internacional, poderia vir a ser obrigado a se envolver em conflitos gerados externamente, como consequência a ameaças ao seu patrimônio e aos seus interesses vitais.

Estes fatos foram significativos e de grande importância política, porque demonstravam em ambos os Estados à vontade de integração sem riscos de conflitos. Desta forma, o processo de integração poderia caminhar em um ambiente de maior cooperação e confiança mútua.

¹⁶ Já existe uma nova Política de Defesa Nacional brasileira editada em 2005.



A política externa adotada, atualmente, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, está mais voltada para a corrente vinculada aos padrões tradicionais da política externa de cunho mais autonomista, com ênfase na integração regional.

Neste período, podia se perceber que as relações econômicas internacionais (comerciais, financeiras e de investimentos) teriam durante aquela década um forte componente de relações interblocos e intrablocos, enfraquecendo-se, portanto, o tradicional vínculo Estado-Estado. A entrada em vigor em 1989 do Acordo de Livre Comércio entre Canadá e EUA, ao qual mais tarde se incorporaria o México, somada a criação “informal” de um pólo regional de desenvolvimento no Leste Asiático, liderado pelo Japão, foram configurando um cenário global em que a integração regional aparecia quase como uma necessidade para os Estados em qualquer parte do planeta.

Argentina e Brasil perceberam a necessidade de redefinir sua estratégia de inserção internacional e regional, frente a um panorama que existia de crescente isolamento econômico, político e estratégico, causado pelas dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, e fundamentalmente pela mudança na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial. Dentro desta nova estratégia, e de acordo com o cenário internacional que estavam visualizando naquele momento, a integração regional passava a ter um papel importante na criação do comércio, na obtenção de maior eficiência, com o objetivo de competir no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais.

O processo de integração surge então sob a necessidade de apresentar-se uma frente unida, melhorar as condições econômicas, consolidar os processos democráticos e terminar os riscos de conflito entre os Estados vizinhos. O fortalecimento dessa integração na região pode ser atribuído, em grande parte, ao Mercosul.

Devido a ele, as novas tendências da relação entre ambos os Estados, passaram a ser progressivamente amistosas, com uma aproximação e integração cada vez maior. Há um sentimento generalizado da necessidade mútua de cooperação, aproveitando que já existe certa complementaridade econômica e interdependência, reconhecida por ambos os Estados. O Brasil hoje é mais desenvolvido industrialmente que Argentina, fato que pode comprovar-se por meio do Produto Interno Bruto (PIB) do estado de São Paulo, que é maior que o PIB de toda a Argentina.

Os objetivos de Argentina e Brasil com o implemento do Mercosul parece bastante claro: para o Brasil serve como um instrumento para sua inserção internacional, marcando uma política de abertura econômica, iniciada desde o governo Collor e continuada pelos



governos que se seguiram, cujo grande desafio era passar de uma economia fechada para outra mais aberta e competitiva internacionalmente, aumentando seu poder de negociação e a extensão dos mercados por via da integração econômica.

A formação de uma ampla zona geoeconômica no cone sul serviria de plataforma de negociação frente aos mega-blocos já existentes no cenário internacional. O Mercosul formava parte de uma estratégia de posicionamento político: outorgava ao Brasil prestígio e uma certa liderança na região para fazer frente aos EUA em suas iniciativas hemisféricas de criação de um bloco econômico que se denominaria Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Outro fator significativo é que também teria maior probabilidade de ser reconhecido como uma potência regional, no momento que o bloco passasse a ter sucesso.

Já para a Argentina, sob a gestão de Carlos Menem, com sua política de abertura econômica, vislumbrou o Mercosul com um enfoque principalmente comercial de integração, além do político, econômico e militar e, também, como sendo uma instância para a formulação da ALCA.

Neste contexto, podemos apontar circunstâncias de natureza política, econômica, comercial, tecnológica e militar, originadas em grandes transformações de ordem econômica internacional, que exerceram um papel relevante na consolidação da integração Argentina-Brasil:

- o fenômeno da globalização da economia, com o surgimento de uma nova estrutura de produção e o surgimento de um novo padrão industrial e tecnológico;
- a formação dos mega-blocos econômicos e a tendência à regionalização do comércio, com influência no destino dos fluxos de capital, bens e serviços;
- o protecionismo e a recessão em muitas das economias desenvolvidas, responsáveis pela absorção de cerca de 65% das exportações latino-americanas;
- a tomada de consciência da necessidade de aprofundar o processo de integração, como forma de aproveitar o entorno geográfico;
- A Argentina, no ano de 2006, foi o segundo Estado em transações comerciais com o Brasil, os valores foram superiores a 20 bilhões de dólares em produtos manufaturados, o que carrega um elevado valor agregado. A Argentina hoje só é superada pelos EUA em transações comerciais com o Brasil. O Brasil possui um superávit na balança comercial com a Argentina de cerca de 3 bilhões de dólares¹⁷;

¹⁷ Dados fornecidos em palestra realizada na Escola de Guerra Naval (EGN), em abril de 2007, pelo secretário do Ministério de Comércio Exterior, Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates.



- Um constante relacionamento militar entre os dois Estados, com exercícios combinados realizados anualmente. Pode-se dizer que não se sabe na história, um Estado que não possua Porta-Aviões (Argentina) e realize exercícios com aeronaves em Porta-Aviões de outro Estado, no caso o Brasil.

O fato de se estar em pleno processo de integração, com uma grande aproximação, não significa a inexistência de dificuldades e problemas, que a princípio geram algumas crises. Estas crises são naturais em qualquer processo de integração, onde atores com interesses e vontades diferentes, muitas vezes conflitivas, necessitam manter sua dialética.

a) Principais Interesses Coincidentes:

Os principais interesses nacionais coincidentes entre Argentina e Brasil são, de maneira geral, lançar e consolidar políticas internas de reformas, para poder obter um desenvolvimento econômico sustentado, e de melhorar a capacidade de negociação internacional, para conseguir atingir a tão desejada inserção no primeiro mundo. Para atingir essas metas, ambos os Estados necessitam:

- manter um elevado ritmo de crescimento, que possa reverter-se em maior bem estar de sua população;
- lograr uma inserção com êxito no sistema político-econômico internacional, que se traduza em poder e prestígio a níveis regionais e mundiais;
- atrair investimentos estrangeiros para seu Estado;

Um dos principais indicadores de crescimento de um Estado é a taxa de crescimento de seu PIB, que traduz um maior bem estar de sua população com maior valor de renda disponível, e na ampliação da oferta de empregos. O Mercosul é um espaço econômico para seus integrantes que concentra mais de 260 milhões de consumidores, formado em sua grande maioria pelas populações de Argentina, Brasil e Venezuela (anexo A).

Pode afirmar-se que a aliança estabelecida pelos dois Estados dentro do Mercosul, fez com que ambos obtivessem uma inserção com maior êxito na economia internacional, o que se pode verificar com os seguintes fatos: maiores fluxos de investimentos estrangeiros nos dois Estados; tentativa de integração econômica tanto pelos EUA, por meio da criação da ALCA, para constituir uma zona de livre comércio continental, como pela própria UE, mediante o Acordo Marco de Cooperação estabelecido com o Mercosul, o que deu início as expectativas de criar-se no futuro um processo que culmine com uma Zona de Livre Comércio entre os dois blocos.



O poder resultante dessa coalizão tende a ser a soma das características de cada Estado, tal fato indica a necessidade de harmonizarem-se os interesses de natureza econômica que ainda encontram-se divergentes entre Argentina e Brasil, agregando-se na condução dessa coalizão uma melhor cooperação. Há que se considerar a importância de se harmonizar os interesses de natureza político e estratégico, por parte de ambos os governos, para que se possa lograr maior eficácia na inserção do sistema político-econômico internacional.

Quanto à atração de uma maior quantidade de investimentos estrangeiros nos seus respectivos territórios, o resultado obtido por ambos os Estados até o momento têm sido excelentes.

Outro fato significativo a ser destacado, é que se pode agregar ao poder de atração do Mercosul seu potencial de crescimento horizontal dentro da própria América do Sul, mediante a incorporação de novos membros, como já ocorreu com diversos Estados da região aderindo como membros associados e, recentemente, a Venezuela como membro permanente, resultando em um maior mercado consumidor, o que irá facilitar, também, um maior intercâmbio comercial regional. Tal fato, com certeza, irá maximizar o interesse de investimentos estrangeiros, por conta das oportunidades de negócios que um mercado regional crescente pode propiciar.

Não podemos esquecer que são Estados ainda jovens, com um elevado potencial de crescimento em diversas áreas como a econômica, tecnológica, educacional e outras.

Quanto maior for o nível de aprofundamento do processo de integração no âmbito do Mercosul e, o conseqüente aumento da interdependência entre seus membros, isso dará mais credibilidade a todos, fazendo com que o nível de investimentos no bloco seja sempre crescente, podendo chegar a valores mais significativos, em um prazo não muito distante.

b) Principais Discrepâncias

É natural que o processo de integração regional entre Argentina e Brasil dentro do Mercosul sofra constantes tormentas, como se pode verificar, eventualmente, na mídia internacional, naturalmente como conseqüência de divergências que não foram devidamente harmonizadas.

Pode-se, inclusive, afirmar que conforme a integração exige cada vez mais interdependência dos países, maiores serão as discrepâncias envolvidas no conflito, em virtude da quantidade de interesses compartilhados que serão afetados. Porém é importante observar que a interdependência tem características ambivalentes: por um lado exarceba a



competição e, portanto, as fontes de discrepâncias e, por outro lado, aumenta substancialmente os custos do conflito, incitando a certa moderação.

Desta forma, podem-se agrupar as divergências entre Argentina e Brasil em dois âmbitos principais: Econômico e Político-Estratégico.

No âmbito econômico, a grande interdependência gerada por todo o processo de integração vivido por ambos os Estados dentro do Mercosul apresenta o maior potencial de instabilidade para a relação de cooperação. Os seguintes aspectos são mais significativos:

- o protecionismo econômico praticado pelos dois Estados;
- falta de regulamentação para a distribuição dos investimentos estrangeiros e extra-regionais, como também divergências quanto ao tratamento específico de alguns assuntos econômicos;
- ausência de ajustes de natureza macroeconômica regional que podem vir a gerar efeitos negativos sobre a economia de cada país;

Para a Argentina, o Mercosul e a relação com o Brasil tinham uma dimensão preponderantemente econômica e comercial, mais do que estratégica. A política de manter uma aliança com os EUA no aspecto de segurança internacional e outra com o Brasil no aspecto econômico, mostrava bem este aspecto de sua política externa; diferentemente do Brasil, que já tem uma percepção mais estratégica em relação ao Mercosul, onde busca uma nova forma de se relacionar com a comunidade internacional;

No campo político-estratégico será mostrada a correspondente diferença de percepção das ameaças externas e da diferença entre os dois Estados no que diz respeito a suas visões estratégicas globais:

- Para o Brasil existe no âmbito político-militar uma justificada desconfiança em relação ao conflito de interesses existentes com os EUA. As dificuldades impostas por este Estado, para que o Brasil desenvolva tecnologias importantes, como a da propulsão nuclear e a de lançadores espaciais, somadas a política de combate ao narcotráfico em diversos Estados vizinhos ao território brasileiro e, também, defendido por diversos norte-americanos que também fosse realizado em território nacional;
- O interesse norte-americano no emprego das FFAA brasileiras no combate ao narcotráfico, demonstra uma clara interferência em assuntos internos brasileiros. Os EUA em associação com diversas organizações ecológicas, que em sua maioria são norte-americanas, fazem constantemente diversas contestações em fóruns internacionais, a dizer sempre que o Brasil não realiza o controle adequado do desmatamento da floresta, e que



esta seria “patrimônio comum da humanidade”, devendo ser preservada para o bem de todos;

- a divergência em relação à aspiração do Brasil de ser incluído como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). O Brasil lançou sua candidatura desde a década de 90, logo após o México também manifestou interesse, caso fosse atribuído um assento para algum Estado latino americano. A Argentina nessa época não manifestou interesse, mas propôs outra solução que talvez interessasse mais aos EUA, a alternância entre os Estados da região.

- a solicitação de ingresso da Argentina na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) não foi bem recebida pelo governo brasileiro (acabou não sendo aceita).

- devido à Argentina não sentir interferência dos EUA em seus assuntos internos, o que em conjunto com outros interesses, levou-a a uma política de alinhamento automático com as posições político-estratégicas defendidas pelos EUA.

Até o presente momento, estas visões distintas por parte de Argentina e Brasil, apesar das diferenças das posturas individuais em relação aos EUA, não tem prejudicado a cooperação entre ambos os Estados, e muito menos dentro do Bloco.

A participação brasileira no Comando das Forças de Paz no Haiti tem sido uma das manobras políticas do governo para aumentar sua importância no cenário internacional, fortalecendo de certa maneira a proposta de inclusão do Brasil, como membro permanente do Conselho de Segurança.

No caso de se adotar uma visão de longo prazo, e por ventura o Brasil viesse a ter direito a esse assento na ONU, seria importante para todos os Estados da região, principalmente para a própria Argentina, que tem uma estreita relação econômica com o Brasil. No Conselho, todas as deliberações que viessem a ser adotadas e que por ventura pudessem prejudicar os interesses político-estratégicos da região, ou mesmo econômicos, seriam contestadas pelo Brasil, que desta forma iria tornar-se a voz dos Estados da região dentro do Conselho de Segurança.

É evidente que a construção de uma aliança estratégica é uma tarefa que requer um esforço contínuo de ambos os Estados, e que no seu desenrolar irão ocorrer diversos contratempos. Esse processo de aproximação é por definição bastante complexo, como já foi evidenciado acima, por exemplo, nas visões distintas em questões relevantes no cenário internacional, como a própria reforma do Conselho de Segurança da ONU, a vontade do Brasil de integrá-lo e a posição contrária da Argentina.



c) Síntese Conclusiva

Ficou evidenciado que o processo de democratização foi um fator determinante na aproximação dos dois principais membros do bloco. As visões distintas da melhor maneira de se inserir no cenário internacional, não foi um fator restritivo para o desenvolvimento do processo de integração.

Podemos apontar circunstâncias de diversas naturezas como: política, econômica, comercial, tecnológica e militar, originadas em grandes transformações de ordem econômica internacional, que exerceram um papel relevante na consolidação da integração entre os dois principais atores do bloco, como vimos acima.

O aumento da interdependência entre Argentina e Brasil dará mais credibilidade a todos, fazendo com que o nível de investimentos no bloco seja crescente, melhorando as condições de competição do bloco.

No estágio atual da integração entre Argentina e Brasil, está na hora em que se deve além do econômico, buscar-se uma maior convergência nos aspectos políticos e estratégicos, de forma a fortalecer a cooperação atual e parecer mais coeso e forte perante o cenário internacional.

6- ESTRATÉGIAS DO MERCOSUL NOS CENÁRIOS AMERICANO E EUROPEU

O cenário internacional atual é de grande integração entre blocos econômicos, mas também de grande competição entre eles. Desta forma, o Mercosul necessita elaborar estratégias para obter as maiores vantagens possíveis nas relações com os diversos blocos existentes, é isso que se analisará no transcorrer deste capítulo.

a) Perspectivas

Quando se cria um bloco econômico é evidente que um dos grandes propósitos é ampliar o bem estar dos povos ali integrados. Os Estados membros do Mercosul têm que atuar de forma coordenada e conjunta, para que possa demonstrar ao mundo que o bloco regional possui a credibilidade e rentabilidade necessária para atrair e manter grandes investimentos estrangeiros por parte de outros atores internacionais e, possivelmente, em um futuro próximo, seus Estados tenham uma estatura político-estratégica mais relevante para poder garantir no cenário internacional a prevalência de seus interesses.

Um projeto de integração regional nasce normalmente com objetivos econômicos, pode-se citar: aumentar a produção em escala dos membros integrantes, inserindo o produto final no mercado internacional com um preço mais vantajoso, aumentar sua eficiência, reestruturar seu mercado; além de propósitos mais significativos, como no



futuro alcançar uma integração político-estratégica e militar, como é o caso atual da própria União Européia.

O Mercosul deve procurar tirar o máximo proveito da competição existente no cenário internacional entre os EUA e a UE, buscando obter vantagens econômicas e sociais, de forma a conseguir acordos para investimentos internos, cooperação tecnológica e militar, assistência social e, também, em diversos outros campos. Necessita beneficiar-se da multipolaridade existente, para demonstrar claramente as principais potências econômicas, que o que rege o cenário internacional nos dias atuais são os aspectos práticos das relações entre os diversos atores e não eventuais “simpatias ideológicas” de caráter retórico.

Serão apresentadas a seguir estratégias específicas, que deveriam ser perseguidas pelos líderes dos Estados Membros do Mercosul, nos cenários americano e europeu, com o propósito de maximizar seus objetivos.

b) O Mercosul na América do Sul

O Mercosul transformou-se em um pólo de influência e atração para outros Estados sul-americanos, oportunizou adesões de quase todos os Estados da região como membros associados, e o recente ingresso da Venezuela como membro permanente, mostrando, que existem condições para ampliação do bloco no âmbito do próprio continente.

Os acordos assinados bilateralmente entre o Mercosul e cada um dos Estados associados são literalmente iguais, tendo como objetivo a formação de uma zona de livre comércio. Pode-se verificar, no entanto, que estes Estados associados não adquiriram desta forma, pelo menos por enquanto, a totalidade dos direitos e deveres que são aplicados aos membros permanentes do bloco.

A ampliação gradual do Mercosul no âmbito regional, atende a uma muito bem orquestrada estratégia brasileira, baseada em um projeto nacional de 1993 de constituir uma ALCSA, tendo como embrião a integração econômica existente entre Argentina e Brasil. Esta iniciativa conta com pleno apoio do governo argentino. Este mercado ampliado seria a base de uma Zona de Livre Comércio, incluindo os Estados partes do Mercosul por um lado e os restantes dos Estados sul-americanos da ALADI pelo outro, o que, com certeza, iria fortalecer o mercado regional, fazendo frente a um mundo cada vez mais agressivo nos aspectos comerciais.

Dentro do projeto de integração da América do Sul, está incluída a aproximação do Mercosul com os países da Comunidade Andina. Existem estudos no sentido de viabilizar as condições de infra-estrutura para que se possa intensificar os intercâmbios entre os dois



grupos. Para isto, tenta-se junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF) conseguir os devidos aportes financeiros. Dentre os diversos setores envolvidos nessa integração estão incluídos setores fundamentais, tais como os energéticos, de transportes e telecomunicações.

A expansão do Mercosul teve início com o ingresso do Chile. O comércio deste país com o restante do mercado regional tem crescido substancialmente nos últimos anos, representando no ano de 2006, cerca de 17% do seu comércio exterior global¹⁸. A assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Bolívia, conseguido no segundo semestre de 1996, gerou uma grande expectativa daquele país atingir uma maior integração físico-econômica com os demais Estados da região, além de auferir uma espécie de “efeito demonstração” positivo sobre os demais Estados, apresentando, também, ao mundo, o Mercosul como um bloco dinâmico e pujante. O grande potencial que tem Bolívia na venda de gás outorga, a este país, um importante papel no Cone Sul em matéria energética.

Com a inclusão da Venezuela como membro permanente do Mercosul (já deu entrada em sua postulação, no momento, está aguardando aprovação), passam a ser cinco os Estados que ostentam essa condição: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Existem outros cinco países que são membros associados, condição que o México solicitou, embora venha, politicamente, dando maior preferência à consolidação da ALCA, juntamente com os EUA e o Canadá.

A solicitação de incorporação da Venezuela ao Mercosul em julho de 2006 está gerando polêmica. O atual presidente da Venezuela, Sr. Hugo Chávez, pode apresentar ao bloco um componente político ideológico prejudicial às boas relações do bloco com os EUA, México, a UE e o lado asiático.

É importante reconhecer que a inclusão da Venezuela soma ao bloco um PIB de R\$ 176 bilhões de dólares e grandes reservas de petróleo e gás natural ao poderio econômico do bloco. As projeções indicam que isso aumenta a participação do Mercosul no PIB da América Latina de algo em torno de 65% para cerca de 72% (anexo B). Sem a Venezuela o PIB do Mercosul é cerca de US 2,28 trilhões e 240 milhões de habitantes. Com a Venezuela este número aumentaria para cerca de US 2,46 trilhões e 265 milhões de pessoas (anexo A)¹⁹.

18 Dados fornecidos em palestra realizada na Escola de Guerra Naval (EGN), em abril de 2007, pelo secretário do Ministério de Comércio Exterior, Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates.

19 Tabelas e gráficos obtidos em www.global21.com.br.



Os quadros apresentados no “anexo A” mostram a importância que o Mercosul tem nos dias atuais para o Brasil, com o constante crescimento dos fluxos internos de exportações e importações (anexo C). Outro dado de profunda relevância é que quando se faz uma análise do tipo de material exportado dentro do bloco pelo Brasil, pode se verificar a grande quantidade de produtos manufaturados, obtendo desta forma maior valor agregado.

O Brasil é um assíduo comprador de derivados de petróleo da Venezuela, adquire querosene de aviação, nafta, óleo lubrificante, vidro, enxofre, carvão e plástico, enquanto exporta para lá diversos produtos manufaturados, como equipamentos agrícolas, telefones celulares, automóveis, peças para veículos, pneus, laminados de ferro e aço, carne industrializada e outros elementos. (www.mdic.gov.br)

O estabelecimento de uma zona de livre comércio na região, absorvendo um mercado consumidor de cerca de 320 milhões de pessoas, teria um potencial para transformar a América do Sul em um vigoroso bloco econômico, que capitaneado pelo mercado dos países do Mercosul, lhe daria maior poder e prestígio no âmbito internacional.

Caso se consiga alcançar a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), isso colocará o Mercosul em uma posição privilegiada na ordem continental, atribuindo-lhe maior poder de negociação. Esta é uma meta que deve continuar sendo perseguida pelo bloco.

c) O Mercosul e a ALCA

Na conferência das Américas realizada em Miami no final de 1994, por meio do convite efetuado pelo então presidente norte-americano Bill Clinton, reuniram-se 34 mandatários da América, tendo apenas a ausência do representante de Cuba. O motivo da reunião seria a criação de uma Zona de Livre Comércio entre o Alasca e a Terra do Fogo, e para isso, o presidente norte-americano anunciou sua proposta de iniciar imediatamente negociações para estabelecer-se a ALCA, e que continuaria empenhando-se para que houvesse avanços concretos, de tal forma que no ano de 2005, já tivesse ocorrido a eliminação das barreiras ao comércio e aos investimentos na região, fato que como sabemos, até o presente momento, ainda não foi alcançado.

Os EUA buscam dar impulso a constituição da ALCA, tentando incrementar seu comércio com os países da América, mediante o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio que lhe brinde uma balança comercial e de pagamentos favoráveis, competindo diretamente com a UE por este mercado. A ALCA é uma idéia de Washington e representa



uma reação norte-americana à formação de outros blocos econômicos de dimensões gigantescas, tais como a UE e a Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Por decisão posterior, a ALCA tem o prazo mínimo de sete anos para sua formação, a partir de 2005, mas nesse instante enfrenta oposição para sua implementação, tanto do Congresso dos Estados Unidos, cujos congressistas historicamente defendem os interesses locais dos seus eleitores, quanto dos demais países do Continente Americano.

Se implantada, a ALCA poderá transformar-se em um dos maiores blocos comerciais do mundo, superando mesmo a União Européia. Seu Produto Interno Bruto (PIB) será da ordem de 12.600 trilhões de dólares (2 trilhões a mais que a UE), e sua população alcançará os 825,3 milhões de habitantes ²⁰.

O Governo do Presidente George W. Bush, eleito para o período 2002-2005, e depois reeleito para novo mandato, obteve autorização do Congresso Norte-americano para aplicar o "fast track", fortaleceu a Agência de Comércio dos Estados Unidos (United States Trade Representative - USTR), e, por fim, autorizou o Secretário Robert B. Zoelick da USTR, a acelerar as negociações para a criação da ALCA.

Nesse sentido, o Brasil e o Mercosul prevêem grandes dificuldades na adaptação de suas economias a essa proposta de integração comercial, preferindo sempre postergar esse processo de negociação, ao mesmo tempo em que os grupos brasileiros, norte-americanos e dos demais Estados dão continuidade aos estudos para implantação da ALCA, por meio do Comitê de Negociações Comerciais (CNC).

Nesta fase de criação, a instância principal na organização da ALCA é a Presidência, que é exercida por um dos trinta e quatro países que podem vir a ela se associar, a cada dezoito meses, sendo substituído ao final desse período, com a conclusão de uma Reunião Ministerial.

No momento, o cenário regional não está propenso para uma maior integração no sentido de se estabelecer a ALCA, deve-se esperar um cenário internacional e regional mais adequado para uma tentativa dentro de padrões mais aceitáveis para os membros do Mercosul.

(1) Acontecimentos Mais Recentes:

O Subsecretário de Comércio dos Estados Unidos, Senhor William H. Lash III em visita protocolar no mês de fevereiro de 2003, a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, foi informado de maneira bem clara que: "a ALCA só

²⁰ Dados fornecidos em palestra realizada na Escola de Guerra Naval (EGN), em abril de 2007, pelo secretário do Ministério de Comércio Exterior, Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates.



poderá ser um sucesso se atender aos interesses de todas as economias sul-americanas que a ela vierem a se associar", ressaltando, ainda, a possibilidade de que "os atuais US\$ 30 bilhões de comércio entre o Brasil e os Estados Unidos se transformem, nos próximos anos, em, pelo menos, US\$ 100 bilhões, pois as nossas economias estão potencialmente capacitadas para tanto" (VAILLANT, 2006).

Ao Mercosul interessa que o estabelecimento da ALCA seja fruto de um processo de integração gradual, cuidadoso, e que as tarifas alfandegárias impostas pelos norte-americanos aos produtos que entram em seu país, sejam discutidas antes de eles terem acesso ao mercado dos demais Estados. É de suma importância a resolução dos problemas gerados pelos subsídios destinados aos produtos agrícolas norte-americanos, que causam grandes transtornos a vários Estados do Mercosul. Finalmente, defende a tese que qualquer proposta de criação da ALCA não resulte em extinção do Mercosul, deixando claro que este grupo não se dissolverá para dar início a outras tentativas de integração. Ou seja, a ALCA é possível desde que conviva harmonicamente com o Mercosul.

Atualmente, também, existe uma real possibilidade da formação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (reúne diversos países árabes), envolvendo diversas áreas como bens agrícolas e manufaturados, além de serviços e investimentos.²¹

No entanto, é claro que para se conseguir o estabelecimento da ALCA nas bases desejadas pelo Mercosul, há que se lograr outros instrumentos de pressão que flexibilizem a posição norte-americana, como o estabelecimento de um acordo comercial preferencial com a UE, com bases mais vantajosas possíveis para o Mercosul, a fim de que, nesta posição possa negociar a ALCA com os EUA. O primeiro passo neste sentido já foi dado e o Brasil vem também postergando, sempre que possível, qualquer iniciativa norte-americana de impor a criação da ALCA.

d) O Mercosul e a União Européia (UE)

O Tratado de Roma foi assinado em 25 de março de 1957 por seis Estados: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo. Este tratado formalizou a criação da Comunidade Econômica Européia, e podemos dizer nos dias de hoje, que trouxe mais equilíbrio a um continente que possui um histórico de muitos conflitos entre seus Estados.

Devem-se retirar lições e aprendizado das experiências vividas pelos Estados europeus na consolidação da atual União Européia (UE). O ponto inicial deve ser a

²¹ Notícia publicada no jornal Folha de São Paulo, em 17 de fevereiro de 2008 (on-line).



eliminação de barreiras comerciais de forma gradativa. A UE começou com um mercado comum que envolvia apenas dois produtos importantes à época: carvão e aço, que com o tempo foi evoluindo para alimentos e outros itens. Somente em 1992 é que foram retiradas todas as barreiras ao comércio regional, estabelecendo-se diversas regras de padronização obrigatórias para todos os membros da comunidade.

No campo político, a integração europeia também foi avançando lentamente, um passo muito importante foi à criação de uma moeda única de adesão voluntária, porque em um ambiente globalizado, uma moeda única gera vínculos econômicos e políticos importantes. Os Estados que aderiram ao Euro, assumiram compromissos importantes de controle de finanças públicas e de inflação, mas isso também demandou um longo processo de aproximação, com envolvimento econômico, comerciais, sociais e políticos para chegar-se ao ponto atual.

Nos dias atuais, ideologias estatizantes e populismo não contam com respaldo social significativo, nem mesmo nos Estados europeus ditos socialistas. A consolidação da unificação europeia sob o polinômio que integra o euromercado, moeda única, diplomacia e defesa coletiva faz com que possamos esperar deste bloco um desempenho relevante como pólo sócio-econômico no século XXI.

Os Estados líderes, principalmente a Alemanha, tiveram que efetuar diversas concessões para viabilizar a integração. Foi necessário apoiar às economias mais débeis para que houvesse um crescimento em conjunto. Aqui, há que mencionar os Fundos Estruturais e de Coesão comunitários. Os primeiros são o Fundo Social Europeu (FSE), instituído em 1958 para apoiar a inserção profissional dos desempregados e das categorias da população desfavorecidas, financiando ações de formação e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), actualmente o mais importante. Apoia, desde 1975, a realização de infra-estruturas e investimentos produtivos geradores de emprego, especialmente destinados às empresas. Para acelerar a convergência econômica, social e territorial, a União Europeia instituiu um Fundo de Coesão em 1994. Este fundo destina-se aos países cujo PIB médio por habitante é inferior a 90% da média comunitária. O Fundo de Coesão tem por finalidade conceder financiamentos a favor de projectos de infra-estruturas nos domínios do ambiente e dos transportes.

No caso brasileiro, em relação ao Mercosul o país vem adotando algo similar, em alguns momentos é necessário esperar para que as etapas sejam vencidas de modo sustentável, desta forma, a integração será mais coesa, sem retrocessos, exatamente como ocorre na Europa. Aqui cabe mencionar o Fundo para a Convergência Estrutural do



Mercosul (FOCEM), criado pela Decisão CMC N° 45/04, destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração. O Fundo dispõe de US\$ 100 milhões anuais. O Brasil contribui com 70% dos recursos do fundo e a Argentina, com 27%. Caberá ao Uruguai ceder 2% do total de contribuições, enquanto o Paraguai ficará responsável por 1% do total. O Paraguai deverá receber 48% dos recursos destinados ao Focem. O Uruguai terá 32% das verbas, enquanto Argentina e Brasil disporão, cada um, de 10%.

No caso da União Européia, o tratado de Maastricht (1992) veio dar respaldo aos diversos processos de integração que vinham ocorrendo nos seus diferentes campos. O chamado “primeiro pilar” do tratado é constituído por uma nova redação do Tratado de Roma de 1957 (que criou a Comunidade Económica Européia), incorporando-se, entre outros aspectos, o compromisso da criação da moeda única. A PESC (Política Externa de Segurança Comum) é objeto do “segundo pilar”. A cooperação (de caráter intergovernamental) em matéria de segurança interna e assuntos judiciais constitui o “terceiro pilar de Maastricht” (Kfuri, 2004).

Todo o processo de integração é lento e cheio de incertezas, a própria UE levou anos para chegar ao estágio atual, e mesmo assim, ainda encontra problemas, como as solicitações de Estados para aderirem ao bloco com potencial elevado de risco, como o caso atual da Turquia.

A UE surge para o Mercosul como uma de suas melhores oportunidades para atingir com êxito uma inserção internacional. O acordo Marco Internacional (AMI)²², assinado em 15 de dezembro de 1995 em Madri, entre os quinze chefes de Estados e de Governo da UE (este era o nº de Estados membros da UE aquela época) e os presidentes dos Estados componentes do Mercosul, demonstram tal fato.

No entanto, não se pode perder de vista o realismo das Relações Internacionais, e principalmente com este ator específico, que possui interesses mais importantes em outras regiões, além de possuir discrepâncias significativas com o Mercosul em relação ao comércio de produtos agrícolas.

O AMI tem como propósito principal alcançar uma Associação Inter-regional Política e Económica que reforce a cooperação económica e comercial, a fim de assegurar

²² Este acordo na Europa é chamado de Acordo-Quadro com o Mercosul (Bacelar, 2002).



bases para uma futura liberalização comercial, apresentando três grandes blocos de atuação:

- diálogo político, que busque aproximar as posições de ambas as partes nas diversas instâncias multilaterais;
- cooperação que inclui quatro áreas: comercial, econômica, integração, e outra de aspecto geral (narcotráfico, cultura, informação, etc);
- preparação para uma área de livre comércio;

Uma das cláusulas importantes é a chamada “cláusula democrática”, que inclui a defesa dos direitos humanos.

O acordo também identificou os produtos e setores sensíveis para as duas partes, e se propõe em um prazo mediano abordar e resolver as dificuldades de acesso, sendo que o acordo deve ser consistente com as normas da OMC/GATT.

O AMI marcou um momento fundamental na existência do bloco, pois foi a primeira vez que o bloco regional atuou como sujeito, com capacidade jurídica nas Relações Internacionais.

Este acordo tem sido negociado morosamente, sem ter dado nenhum resultado prático até o presente momento. Porém, as autoridades não devem perder de vista que este acordo possui além das vantagens econômicas, um ganho significativo no aspecto político, já que o Mercosul estaria se interligando com o único bloco que pode fazer frente aos EUA no cenário internacional atual. Não se pode deixar de levar em consideração que a UE está composta de Estados de grande importância política e estratégica no cenário internacional, e que esta importância ainda irá perdurar por muitos anos.

e) Síntese Conclusiva

O estabelecimento de uma zona de livre comércio na região transformaria a América do Sul em um vigoroso bloco econômico, que capitaneado pelo mercado dos países do Mercosul, lhe daria maior poder e prestígio no âmbito internacional. Caso se crie a UNASUL, isto colocaria o Mercosul em uma posição privilegiada na ordem continental, atribuindo-lhe maior poder de negociação.

O cenário regional não está favorável para o estabelecimento imediato da ALCA, deve-se esperar um cenário internacional e regional mais adequado para uma tentativa dentro de padrões mais aceitáveis para os membros do Mercosul.

Para se conseguir o estabelecimento da ALCA nas bases desejadas pelo Mercosul, há que se lograr outros instrumentos de pressão que flexibilizem a posição norte-



americana, como o estabelecimento de um acordo comercial preferencial com a UE, ou com o Conselho de Cooperação do Golfo.

O AMI é um instrumento importante para o Mercosul se inserir no contexto internacional de forma mais contundente, deve-se buscar seu implemento com mais determinação, inclusive porque traria uma influência política maior ao bloco.

7- POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO MILITAR REGIONAL

Em 2004, o Ex-Ministro da Defesa do Brasil, Embaixador José Viegas, em conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), organização similar ao Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), ao responder a pergunta de um Oficial-Aluno daquela Escola, sobre a possibilidade de integração militar no MERCOSUL, efetuou o seguinte comentário: *“Primeiro devem ser resolvidas às questões comerciais, depois uma integração política e, posteriormente pode-se tentar uma integração militar. A União Européia, que já possui uma moeda própria e um Parlamento, enfrenta dificuldades em conseguir essa integração”* (VIEGAS, 2004).

Quando se pensa em realizar uma integração militar em um Bloco, existem três questões significativas que devem ser identificadas: as ameaças (externas ou internas); o nível de integração existente nesse bloco e, por último, os óbices existentes entre os componentes do bloco.

No momento, pode-se dizer que não existe ameaça externa eminente ao bloco. O Almirante Mario César Flores sugere que a presença da Venezuela, agora praticamente como membro pleno do Tratado, pode tornar-se um complicador, gerando uma ameaça com o “potencial de turbulência do petropopulismo, anti-americano”²³ de seu presidente.

O mais importante seria reconhecer as possíveis causas de uma interferência externa nos assuntos internos do Bloco, sejam eles afetos somente a um ou a mais Estados. As mais variadas formas de tentativas de internacionalização da Amazônia, o uso indevido dos mares territoriais dos Estados-Membros ou as grandes reservas de água doce, como o Aquífero Guarani²⁴, disponíveis no território constituem temas importantes.

Por outro lado, a conjuntura atual na região possui alguns problemas, tais como: à virulência verbal do Presidente Venezuelano; a estatização do gás boliviano pelo

²³ Expressão usada no texto “Possibilidades e riscos da união regional”, ainda não publicado. (Flores, 2006, f. 25)

²⁴ O Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo, estendendo-se pelo Brasil(840.00km²), Paraguai(58.500km²), Uruguai(58.500km²) e Argentina(255.000km²) (Aquífero, 2006).



Presidente Evo Morales, a conhecida vontade argentina de recuperar as Malvinas e os problemas recentes entre Argentina e Uruguai devido a localização de uma fábrica de celulose.

Em relação às ameaças internas, existe de maneira geral um consenso sobre os problemas atuais da América do Sul. Dentre as principais ameaças ao equilíbrio regional encontram-se o narcotráfico, o crime organizado e o terrorismo. Os dois primeiros são os principais problemas da região, e são combatidos de forma sistemática por todos os Estados, e em alguns casos com a participação direta das FFAA. No caso particular do narcotráfico ocorre à intensa e controversa participação da agência americana de combate às drogas DEA²⁵, presente dentre outros países, no Suriname, Equador, Perú, Bolívia, Paraguai e Colômbia²⁶.

Para se verificar o nível de integração das FFAA no interior do bloco, existe a necessidade de se estabelecer os principais pontos de convergência das políticas de defesa. Dentre esses pontos, pode-se enumerar:

- Cooperação na forma de intercâmbio de pessoal e exercícios militares;
- Participação em Forças de Paz; e
- Ampliação no desenvolvimento da base industrial de defesa.

A cooperação em intercâmbios de pessoal sob a forma de reuniões bilaterais ou multilaterais, cursos ou estágios entre as FFAA é uma das mais consistentes formas de integração regional. Por sua vez, a execução de exercícios militares, nos mais diversos cenários impostos pelos possíveis ambientes de conflito, desenvolve um sentimento de confiança, que se considera de vital importância para um completo entendimento militar.

A participação em Forças de Paz sempre foi um cenário desejado pelos governos, como forma de projeção internacional e, também, por ser uma das formas de contato com outras FFAA mais desenvolvidas, contribuindo para a absorção de novos conhecimentos tecnológicos, logísticos ou de política de emprego de forças.

Outro aspecto a ser considerado é o que ocorre atualmente com a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), com a participação da Argentina, Chile e Uruguai, entre outros, cabendo ao Brasil o Comando das tropas. Apesar da participação de militares de outros continentes, o envolvimento profissional das FFAA dos estados partes do MERCOSUL tornou-se um fator motivador de integração, traduzido

²⁵ Em inglês, Drug Enforcement Administration.

²⁶ Aula ministrada pelo Professor Francisco Carlos na EGN em 08/06/2007.



em parte pelo simbolismo do emprego das forças em operações efetivamente de caráter militar.

Importante, também, para consolidar a integração militar seria o desenvolvimento de uma indústria bélica na região. A fim de evitar a repetição dos erros do passado, como a falta de encomendas que levaram à falência diversas empresas nesse setor, os governos estão preocupados com o estabelecimento de ações políticas necessárias para o desenvolvimento desse setor industrial. No caso do Governo Brasileiro, o MD aprovou pela Portaria Normativa Nº. 586 de 24 de abril de 2006, as Ações Estratégicas para a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) (Brasil, 2006d).

O Presidente Lula, em janeiro de 2006, ao propor ao ex-Presidente Kirchner a criação de uma indústria bélica bilateral Brasil-Argentina, sugeriu a instalação de uma fábrica da Embraer no país vizinho, somente para atender ao MERCOSUL. As aeronaves seriam fabricadas com tecnologia européia, em virtude do veto dos EUA à venda de aviões militares para a Venezuela, justificada pelo uso de componentes norte-americanos, ou seja, um ator externo atuando como óbice a uma negociação no âmbito do Tratado (LULA, 2006).

Torna-se, então, importante apresentar os principais óbices a essas possibilidades de integração: no momento, existem governantes com idéias populistas e que transmitem pouca confiança aos demais; continuada redução orçamentária na maioria das FFAA do continente; ou de caráter conceitual, pelo fato dos interesses no Bloco não estarem totalmente alinhados.

Para incrementar esse processo de integração é importante aumentar a cooperação entre os membros do Bloco, estabelecendo-se as seguintes ações:

- manter os atuais exercícios realizados entre as FFAA, estabelecendo outros que, iniciando-se por Jogos de Guerra e reuniões de Estado-Maior, possa no futuro, ter a participação de efetivos das três Forças de cada país;
- incentivar todos os tipos de intercâmbio de pessoal, a fim de estabelecer procedimentos comuns de segurança e defesa;
- buscar a participação conjunta a exemplo do Haiti, das FFAA em Forças de Paz das Nações Unidas; e
- manter as Adidâncias militares junto às Embaixadas de todos os Estados do Bloco.
- estabelecer acordos para o desenvolvimento em projetos de C&T e P&D comuns, na área industrial de defesa; e



- incentivar a utilização dos recursos já existentes no setor industrial-militar do Bloco, a fim de desenvolver este setor.

a) Síntese Conclusiva

Como foi relatado acima, questões comerciais e políticas ainda devem ser superadas, mas as condições para o processo de integração militar regional estão em evidência em todos os Estados integrantes do bloco: como a cooperação na forma de intercâmbio de pessoal e exercícios militares; participação em Forças de Paz; e ampliação no desenvolvimento da base industrial de defesa. Com certeza esta realidade ainda está longe de ser alcançada, até porque ainda não foi tratada em nenhum “fórum” oficial.

8 – CONCLUSÕES

No cenário internacional, presenciamos na atualidade um mundo repleto de transformações. A nova ordem internacional é caracterizada por uma grande competição entre as principais potências, visando alcançar a maior quantidade possível de mercados, buscando, desta forma, maximizar seus interesses, em um cenário que podemos chamar de uni-multipolar.

Os governos dos Estados neste cenário tendem a possuir uma atuação muito mais limitada, à medida que estão em jogo grandes quantidades de fatores, que se configuram como uma complexa trama de interesses, tanto nacionais como internacionais, onde eles têm que conduzir sua política interna e externa, de modo coordenado e coerente. Este, com certeza, é o grande desafio do Estado-Nação moderno.

O processo de regionalização é importante para a inserção no mundo globalizado, para tal é importante continuar a buscar a integração da região, construindo instituições regionais fortes como a UNASUL e o Mercosul, como também se deve procurar fortalecer a democracia em toda a América do Sul. Desta forma, com certeza, um dia se poderá chegar a construir um processo de integração com bases sólidas e duráveis.

Existiram inicialmente entre Argentina e Brasil visões distintas sobre a importância da integração, para a Argentina a importância era econômica, para o Brasil mais Política e Estratégica, com propósito de ganhar maior relevância no cenário internacional.

Durante o processo de criação do Mercosul, a ALADI foi muito importante para o estabelecimento do marco institucional do bloco. Outro fator também a ser destacado foi à assinatura da Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz (julho de 1998), importante para o fortalecimento na cooperação na área de segurança e defesa.



Ocorreram diversas circunstâncias de naturezas política, econômica, comercial, tecnológica e militar, originadas em grandes transformações de ordem econômica internacional, que exerceram um papel relevante na consolidação da integração entre os dois principais atores do bloco.

O aumento da interdependência entre Argentina e Brasil dará mais credibilidade ao bloco, fazendo com que o nível de investimentos interno seja crescente, melhorando as condições de competição do bloco no exterior.

Na fase atual de integração entre Argentina e Brasil, está na hora em que se deve além do econômico, buscar-se uma maior convergência nos aspectos políticos e estratégicos, de forma a fortalecer a cooperação atual e parecer mais coeso e forte perante o cenário internacional.

O estabelecimento de uma zona de livre comércio na região transformará a América do Sul em um vigoroso bloco econômico, que capitaneado pelo mercado dos Estados do Mercosul, lhe dará maior poder e prestígio no âmbito internacional. O estabelecimento da UNASUL colocará o Mercosul em uma posição privilegiada na ordem continental, atribuindo-lhe maior poder de negociação.

O momento atual não está favorável para o estabelecimento imediato da ALCA, deve-se esperar um cenário internacional e regional mais adequado para este processo, inclusive com padrões mais aceitáveis para os membros do Mercosul. Para o estabelecimento da ALCA nas bases desejadas pelo Mercosul, há que se lograr outros instrumentos de pressão que flexibilizem a posição norte-americana, como o estabelecimento de um acordo comercial preferencial com a UE, ou com o Conselho de Cooperação do Golfo.

O AMI é um instrumento importante para o Mercosul se inserir no contexto internacional de forma mais contundente, deve-se buscar seu implemento com mais determinação, inclusive porque traria uma influência política maior ao bloco.

Em todos os processos de integração existem diversos interesses e objetivos coincidentes. No caso do Mercosul pode-se destacar, de maneira geral, como principais os seguintes: lançar e consolidar políticas internas de reformas, para poder obter um desenvolvimento econômico sustentado, ganhando peso político tanto interna como externamente, e com isso poder melhorar a capacidade de negociação internacional, para conseguir atingir a tão desejada inserção no primeiro mundo.

Tanto a Argentina como o Brasil possuem uma visão que o processo de integração existente nos dias atuais com o Mercosul, deve ao longo do tempo ser aprofundado e ter



um crescimento no sentido horizontal, incluindo mais Estados da Região, como a recente solicitação de ingresso da Venezuela. É importante, porém, que este crescimento seja de forma lenta e gradual, para que possa ocorrer de forma sustentável.

No campo político pode-se destacar o interesse do Brasil de integrar o Conselho de Segurança da ONU, desejo que não possui a concordância dos argentinos. Seria interessante para a região que houvesse realmente um membro neste conselho, isso certamente traria importância política para a região no cenário internacional. O Brasil deve continuar buscando esse assento, integrando Forças de Paz, participando sempre dos Fóruns internacionais, ganhando peso político e respeitabilidade internacional.

No âmbito externo ao continente, deve-se explorar a competição existente entre os EUA e a UE, que pode ser traduzido pela tentativa de ambos realizarem acordos comerciais com o Mercosul, obtendo-se maiores vantagens comerciais.

Os primeiros passos para uma futura integração militar estão sendo dados: cooperação na forma de intercâmbio de pessoal e exercícios militares; participação em Forças de Paz; e ampliação no desenvolvimento da base industrial de defesa, mas isso ainda irá demandar um longo tempo até se tornar uma realidade de facto.

Por tudo que foi relatado neste trabalho, fica respondida afirmativamente a questão principal, sendo válido para os Estados integrantes do Mercosul manterem a cooperação no cenário internacional actual. Em um mundo globalizado, com um sistema de comunicações cada vez mais rápido e eficaz, tudo a funcionar em rede, os Estados componentes do Mercosul juntos e em cooperação serão mais fortes e credíveis no actual cenário internacional, e as recomendações efetuadas neste trabalho, com certeza, seriam uma maneira de agilizar e facilitar este processo.



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto (1993). **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo, Aduaneiras.

AQUÍFERO, Guarani. Referência em 22 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://daaeearaquara.com.br/guarani.htm>>.

BACELAR, José Carlos Lima (2002). **Oportunidades e Desafios da Integração Econômica e Política na Contenção da Conflitualidade**. Revista Militar, Lisboa, nº 5, vol 54, p. 305-328.

CHALOULT, Yves (2001). **O Mercosul e a Nova Ordem Econômica Internacional**. Revista Brasileira de Política Internacional. , Brasília, n. 1, p. 22 – 42.

CRUVINEL, Tereza (2007). **Integração**. Referência em 21 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br/>>.

FARIA, José Ângelo Estrella (1993). **O Mercosul: Princípios, Finalidade e Alcance do Tratado de Assunção**. Brasília: MRE.

FILHO, Severino Cabral (2002). **O Mundo Latino e a Era do Megaestado**. Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, n. 2, p. 71 – 82.

FLORES, Mario César (2003). **Segurança e Defesa no Século 21. Panorama da Conjuntura Internacional**, São Paulo, n. 18, p. 1 – 3.

FLORES, Mario César (2006). **"Possibilidades e riscos da união regional"**, ainda não publicado, p. 25.

FLORES, Mário César (2006). **Rumos Estratégicos da América do Sul**. Revista do Clube Naval. Rio de Janeiro, n. 340, p. 34-36.

FREIRE, Silene de Moraes (2001). **Mercosul em Debate: Desafios da integração na América Latina**. Rio de Janeiro: UERJ.

FRIEDMAN, T (1999). **The Lexus and The Understanding Globalization**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, p-7-8.

GONÇALVES, José Botafogo (2005). **Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: Antecedentes, Estado Atual e Perspectivas**. Revista Cena Internacional. Ano 7, nº 2.

HIRST, Mônica (1997). **Pontos de reflexão sobre a dimensão sócio-político-cultural do Mercosul. O Mercosul e a Integração Sul-Americana: mais do que a Economia. Encontro de Culturas**. Brasília: Funag, p 123-131.

HOUAISS, Antônio (1994). **Enciclopédia e Dicionário Ilustrado**. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, p. 889.



KFURY, Regina (2004). **O Mercosul e a União Européia**. Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, RJ. Brasil, ainda não publicada.

LAMPREIA, Luiz Felipe (1999). **Pensando o Mercosul**. O Globo, Rio de Janeiro, 22 abr. Caderno 1, p. 21.

LIMA, Maria Regina Soares de (2005). **A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 1, p. 24 – 59.

MAIOR, Luiz A. P. Souto (2003). **Desafios de uma política externa assertiva**. Revista Brasileira de Política Internacional. , Brasília, n. 1, p. 12 – 34.

MAIOR, Luiz A. P. Souto (2006). **O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição**. Revista Brasileira de Política Internacional. , Brasília, n. 2, p. 42 – 59.

MALAMUD, Andrés (2006). **Mercosur Turns 15: Between Rising Rhetoric and Declining Achievement. Review of International affairs**, Cambridge, vol. 18, n.03.

MATTOS, Carlos de Meira (2002). **O Brasil e sua Estratégia**. Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, n. 2, p. 35 – 47.

MÉNEM, Carlos Saúl (1997). Entrevista ao jornal *Âmbito Financeiro*, Buenos Aires. [referência de 17 de outubro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.ambitoweb.com/edicionesanteriores/index/financeiro/mercotel/texto.asp>>.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional da Indústria de Defesa**. Brasília, 2006d. Portaria Normativa 586/MD de 24 de abril de 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Política Externa. **Mercosul e integração regional**. Texto básico sobre o Mercosul desde a sua criação. [em linha]. [referência de 16 de outubro de 2007]. Disponível na Internet em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercotel/mercotel/texto.asp>.

MUÑOZ, Heraldo (1996). **A nova política internacional**. São Paulo, Ed. Alfa Omega.

NYE, Joseph S. Jr (2002). **O Paradoxo do Poder Americano: Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo, editora Unesp, 273 p.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de (2000). **Brasil, Mercosul e a segurança regional**. Revista Brasileira de Política Internacional. , Brasília, n. 1, p. 108 – 129.

PATRÍCIO, Raquel (2007). **As Relações em Eixo Franco-Alemães e as Relações em Eixo Argentino-Brasileiras Gêneses dos Processos de Integração**. Lisboa, editora: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Congresso Nacional, 01 jan. 2003. [em linha]. Brasília, DF. [referência de 24 de outubro de 2007]. Disponível na Internet em:



http://www.sfieec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm.

PEÑA, Félix (2006). **Los Grandes Objetivos del Mercosur (Zona de Libre Comercio, Unión Aduanera y Mercado Común)**. Apresentação em Seminário: “15 anos de MERCOSUR: Avaliação e Perspectivas”, Fundação Memorial da América Latina, São Paulo.

PRATES, Marcos Otávio Bezerra. **O Brasil e o Mercosul**. Conferência realizada na Escola de Guerra Naval (EGN) em 27 de abril de 2007.

RAMONET, Ignácio (2004). **Atlas da Globalização**. Lisboa: Le Monde Diplomatic

RIBAS, Oswaldo (2006). **A hora e a vez da integração regional**. Revista Problemas Brasileiros, nº 376, São Paulo, p. 30-33.

SARAIVA, Miriam Gomes (2005). **Brasil e Argentina: Política Externa para América Latina em Tempos Recentes**. Revista Cena Internacional, ano 7, n.02.

SARAIVA, Miriam Gomes (1999). **Os processos de integração latino-americanos e europeu. As experiências dos anos 60 e o modelo de integração com abertura econômica dos anos 90**. Revista Internacional de Estudos Políticos, vol 1, n. 1, Rio de Janeiro, p. 167-190.

SILVA, Francisco Carlos da (2002). **O Brasil na Crise Internacional**. Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, n. 2, p. 07 – 33.

SILVA, Luís Inácio Lula da (2006). **Sugere fábrica militar no Mercosul**. [referência de 26 de novembro de 2007]. Disponível na Internet em:
<http://www.defesanet.com.br/brasil/statemente_abv_mil_1.htm>.

SILVEIRA, Fernando Malburg (2006). **Mercosul, Venezuela e o Populismo Latino-Americano**. Revista do Clube Naval. Rio de Janeiro, nº 339, p. 26-30

SOUZA, Fernando de. (2002). **Brasil e a União Européia**. Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, n. 2, p.49 – 70, Abr.

SOUZA, Fernando de (2002). **Portugal e Brasil no Quadro das Relações União Européia-Mercosul**. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, Portugal, n. 29, p.59 – 72.

VAILLANT, Marcel (2006). **Objetivos, resultados y restricciones de la negociación común con terceros en el MERCOSUR**.

VALLE, Valéria Marina (2005). **O peso das relações inter-regionais com a União Européia em relação a alternativas de política externa do Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 1, p. 99 – 128.

VAZ, Alcides Costa (2001). **Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?** Revista Brasileira de Política Internacional. , Brasília, n. 1, p. 43 – 54.



VAZ, Alcides Costa (2002). **Cooperação, Integração e Processo Negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: IBRI.

VIEGAS, José (2004). **O Ministério da Defesa do Brasil**. Escola Superior de Guerra (ESG), 2004. Palestra proferida aos três Ramos das FFAA do Brasil.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (2005). **Governos Subnacionais: Inserção Internacional e Integração Regional**. Ed Educ, Edunesp e Fapesp. São Paulo.

PÁGINAS DA INTERNET CONSULTADAS:

[http://www. Aladi.org](http://www.Aladi.org)

<http://www.ambitoweb.edicionesanteriores.asp>

http://www.camara.gov.br/mercosul/organograma/merco_cmc.html

<http://www.desenvolvimento.gov.br>

<http://www.fendi2007.com.br>

<http://www.folhaonline.com.br>

<http://www.global21.com.br>

<http://www.mdic.gov.br>

<http://www.mebf.repsol.ypf.com/>

<http://www.naftaworks.org>

<http://www.odia.com.br>

<http://www.oglobodigital.com.br>

<http://www. www.oglobo.com.br>



LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I – Glossário de conceitos

Apêndice II – Regionalismo Latino Americano





APÊNDICE I

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

GLOBALIZAÇÃO – é a principal característica do mundo contemporâneo, evidenciada pela proeminência do vetor econômico sobre o vetor político, numa sociedade de informação à escala global. Realidade cuja dinâmica, influência e peso, transformam sectores das sociedades atuais nas suas dimensões, política, econômica e cultural. Com conseqüências (...) perda de autonomia de governos, poderio de mercados financeiros, desenvolvimento de redes mafiosas (...) o mundo entrou numa nova era repleta de incertezas e ameaças (Ramonet, 2004:5).

UNI-MULTIPOLAR. Devido ao cenário internacional da atualidade possuir somente uma potência global em relação ao poder militar, chama-se UNI, e como temos diversas potências econômicas, denomina-se MULTIPOLAR, ou seja, vive-se hoje em uma situação UNI-MULTIPOLAR.

POTÊNCIA-EMERGENTE - é usada neste trabalho para descrever a situação daqueles Estados em desenvolvimento cuja política aspira não apenas ao próprio progresso econômico, mas também, especificamente, a uma ampliação da sua projeção externa.

SOBERANIA - é o poder político, de que dispõe o Estado, de exercer o comando e o controle, sem submissão aos interesses de outro Estado (Houaiss, 1994).

UNIÃO ADUANEIRA – área de livre comércio com uma tarifa externa comum (TEC) ao comércio com terceiros países.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO – Associação comercial de um grupo de países na qual não há cotas ou tarifas na importação sobre os bens e serviços originários desses países.

ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL - foi criada em 1986 com o propósito de integrar os Estados da região e criar um espaço livre de conflitos. (SOUZA, 2007).



APÊNDICE II

REGIONALISMO LATINO-AMERICANO

Neste contexto regional é fundamental mencionar a ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio – fundada em 1960 e a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração – que substituiu a ALALC em 1980 e que constitui, ainda hoje, para seus doze membros (Estados da América do Sul, com exceção de Guiana e Suriname, mais Cuba e México), o marco político-jurídico da integração regional. Não se pode esquecer que o esquema econômico-comercial do Mercosul faz parte da normativa jurídica da ALADI. Tais mecanismos do Tratado de Assunção estão registrados na ALADI sob a forma do Acordo de Complementação Econômica nº 18 - ACE-18. Assinale-se que a ALADI prevê a consecução de um mercado comum entre seus membros por meio da realização de esquemas de liberação parciais. Com a convergência desses esquemas sub-regionais, atingir-se-ia o esquema regional de integração. O Mercosul, agrupamento de normativa avançada (constituiria um ALADI-plus), que se tornou pessoa jurídica de direito internacional com o Protocolo de Ouro Preto, firmado em 1994, pela dinâmica de seu vigor econômico e pelo peso de seu mercado, acabou tomando a si, espontaneamente, a condução desse processo de integração econômica regional. Desde 1995 o Mercosul negociou acordos de livre comércio com os demais parceiros aladianos, com exceção de Cuba (com o México tem um Acordo-Quadro, embora, na prática, cada membro tenha ainda um acordo em separado com aquele país). Na América do Sul, existe hoje, com exceção de Guiana e Suriname, uma área de livre comércio contratada. Essa situação tornou possível o lançamento, em 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações, que deu lugar, posteriormente, à UNASUL. Também o Banco do Sul, há pouco lançado, vem na esteira dessa grande aproximação econômica entre os países sul-americanos promovida pelos acordos do Mercosul.



LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Área e População dos Estados Integrantes do Mercosul

Anexo B – Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Integrantes do Mercosul

Anexo C – Relação Comercial entre o Brasil e o Mercosul





ANEXO A

ÁREA E POPULAÇÃO DOS ESTADOS INTEGRANTES DO MERCOSUL

Área dos Estados do Mercosul

Área Total	
País	Área
Argentina	2,766,890 Km ²
Brasil	8,511,965 Km ²
Uruguai	176,220 Km ²
Paraguai	406,750 Km ²
Venezuela	912,050 Km ²
Total	12.773.875 Km²

Fonte: Aliceweb

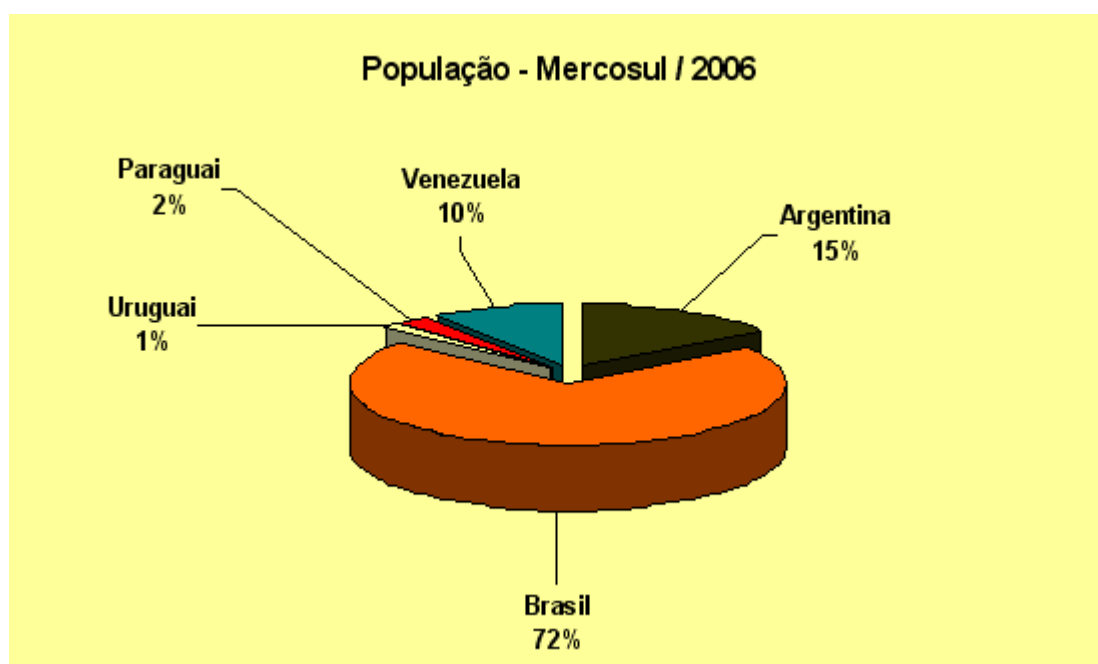
População dos Estados do Mercosul

População	
País	Número
Argentina	39,921,833 (est. Julho 2006) CIA
Brasil	188,078,227 (est. Julho 2006) CIA
Uruguai	3,431,932 (est. Julho 2006) CIA
Paraguai	6,506,464 (est. Julho 2006) CIA
Venezuela	25,730,435 (est. Julho 2006) CIA
Total	263.668.89 milhões

Fonte: CIA



Gráfico Proporcional de População



Fonte: CIA



ANEXO B

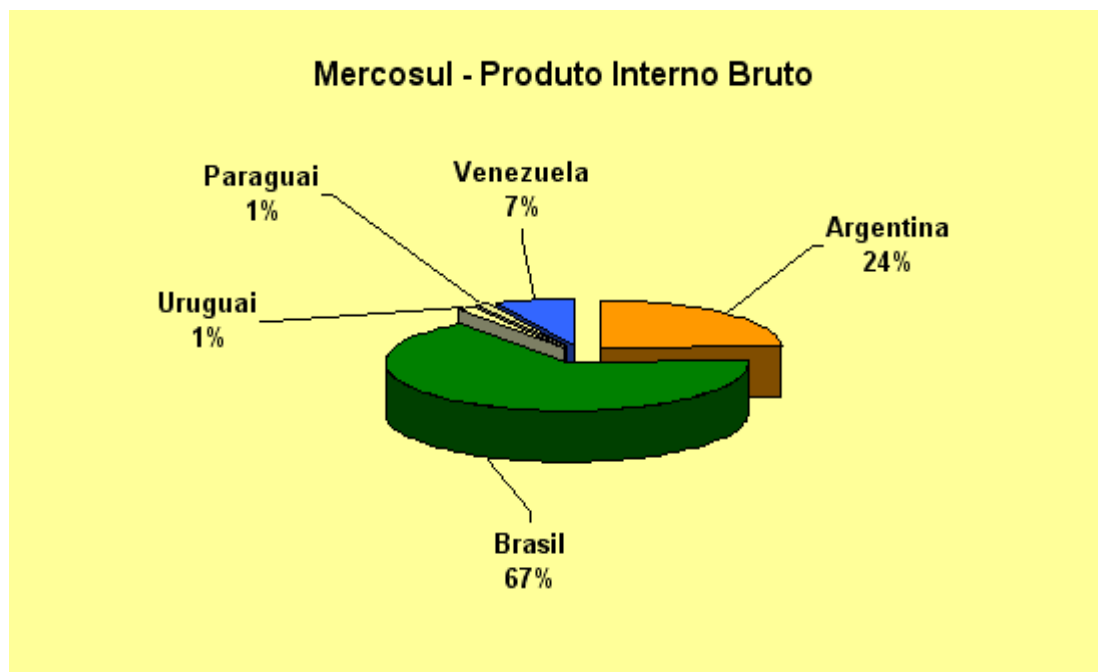
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DOS ESTADOS INTEGRANTES DO MERCOSUL

PIB dos Estados do Mercosul

PIB (paridade com poder de compra)	
País	PIB
Argentina	US\$599.1 bilhões (est.2006)
Brasil	US\$1.616 trilhões (est.2006)
Uruguai	US\$36.56 bilhões (est.2006)
Paraguai	US\$30.64 bilhões (est.2006)
Venezuela	US\$176.4 bilhões (est.2006)

Fonte: CIA

Proporcionalidade do PIB dos Estados do Mercosul



Fonte: Aliceweb



ANEXO C

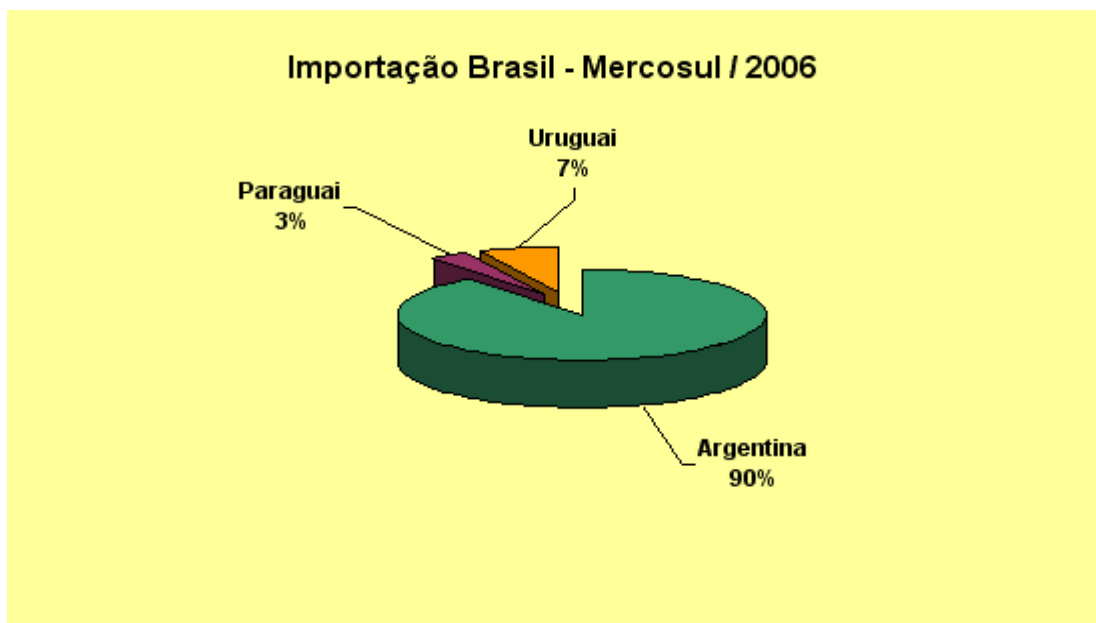
RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E O MERCOSUL

Intercâmbio Comercial entre o Brasil e os Estados do Mercosul

Intercâmbio Comercial Brasil - Mercosul			
Importações	2004	2005	2006
Argentina	5.569.723.302	6.241.072.699	8.053.681.253
Paraguai	297.825.436	318.935.985	295.904.197
Uruguai	522.855.590	493.684.111	618.224.396

Fonte: Aliceweb

Proporcionalidade das Importações Brasileiras



Fonte: Aliceweb

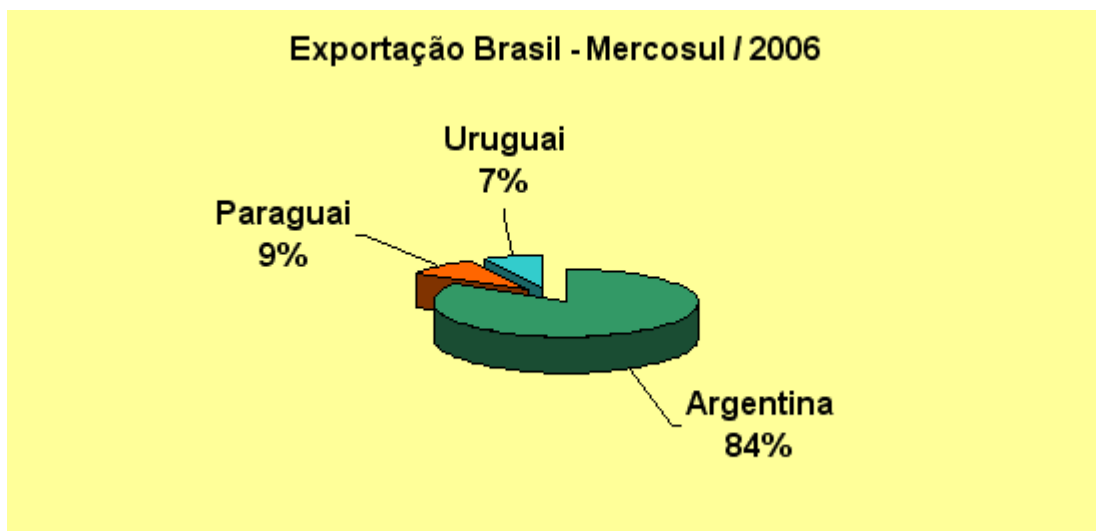


Intercâmbio Comercial entre o Brasil e os Estados do Mercosul

Intercâmbio Comercial Brasil - Mercosul US\$ FOB			
Exportações	2004	2005	2006
Argentina	7.373.217.826	9.915.423.497	11.713.819.074
Paraguai	871.844.907	961.092.561	1.230.507.661
Uruguai	667.048.159	849.577.665	1.006.099.582

Fonte: Aliceweb

Proporcionalidade das Exportações Brasileiras



Fonte: Aliceweb



Total das Relações Comerciais entre o Brasil e os demais Estados do Mercosul

Relação Comercial Brasil x Mercosul - Em US\$ FOB					
	2006	Var. %	2005	Var. %	2004
Exportações	13.950.426.317	18,97	11.726.093.723	31,57	8.912.110.892
Importações	8.967.809.846	27,14	7.053.692.795	10,38	6.390.404.328
Saldo	4.982.616.471	6,64	4.672.400.928	85,29	2.521.706.564
Corrente de Comércio	22.918.236.163	22,04	18.779.786.518	22,72	15.302.515.220

Fonte: Aliceweb

Total das Relações Comerciais entre o Brasil e os demais Estados do Mercosul

Balança Comercial Brasil - MERCOSUL/ 2006				
Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	857.531.948	613.738.125	243.793.823	1.471.270.073
FEV	947.272.491	541.545.030	405.727.461	1.488.817.521
MAR	1.148.980.027	686.305.379	462.674.648	1.835.285.406
ABR	1.037.449.967	650.451.519	386.998.448	1.687.901.486
MAI	1.146.147.017	691.440.903	454.706.114	1.837.587.920
JUN	1.114.537.025	683.239.181	431.297.844	1.797.776.206
JUL	1.362.224.977	842.776.520	519.448.457	2.205.001.497
AGO	1.339.241.914	781.420.207	557.821.707	2.120.662.121
SET	1.261.367.269	804.685.034	456.682.235	2.066.052.303
OUT	1.266.480.549	934.208.938	332.271.611	2.200.689.487
NOV	1.269.519.928	834.778.025	434.741.903	2.104.297.953
DEZ	1.199.673.205	903.220.985	296.452.220	2.102.894.190
Acumulado	13.950.426.317	8.967.809.846	4.982.616.471	22.918.236.163

Fonte: Aliceweb